

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	3
5.3 - Descrição - Controles Internos	6
5.4 - Programa de Integridade	8
5.5 - Alterações significativas	10

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	11
10.2 - Resultado operacional e financeiro	33
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	42
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	47
10.5 - Políticas contábeis críticas	49
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	57
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	58
10.8 - Plano de Negócios	59
10.9 - Outros fatores com influência relevante	61

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1. EM RELAÇÃO AOS RISCOS INDICADOS NO ITEM 4.1. INFORMAR:

- A. Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política:**

A Companhia possui uma Política de Gestão de Riscos, que pode ser encontrada no seguinte endereço eletrônico: <http://ri.gerdau.com/static/ptb/politica-divulgacao-negociacao.asp?idioma=ptb>. Este documento foi aprovado em 02 de maio de 2012 pelo Conselho de Administração.

- B. Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo**

i. Os riscos para os quais se busca proteção

A empresa, através dos seus processos e instrumentos existentes, atua sobre os riscos de negócio, de *compliance* e operacionais. Os riscos de negócio são aqueles associados à estratégia da companhia, ao ambiente político e social, mercado, competidores, fusões e aquisições e disponibilidade de matérias-primas. Os riscos de *compliance* são aqueles relacionados ao cumprimento das regras a que a empresa e seus colaboradores estão submetidos. Os operacionais se relacionam à inadequação ou falha nos processos internos, pessoas ou ambiente de tecnologia. Com detalhamento, os riscos identificados pela Companhia são descritos no item 4.1.

ii. Os instrumentos utilizados para proteção

A empresa possui instrumentos estruturados que garantem um adequado nível de segurança sobre a proteção aos seus riscos identificados. Os principais riscos são monitorados periodicamente, bem como a efetividade dos seus controles na mitigação e a correta execução de seus planos de ação. Os principais instrumentos utilizados com este objetivo são:

- Existência de um ambiente de controles formal, regularmente avaliado e tratado com melhorias. Suportado nas melhores práticas de controles internos estabelecidos no *COSO - Internal Control – Integrated Framework (2013)*;
- Adoção de mecanismos para detectar problemas ou receber informações sobre os casos de conduta ética, através do Canal de Denúncias;
- Aplicação de treinamentos focados no conteúdo de seu Código de Ética, com o objetivo de reforçar conceitos, demonstrar quais são as condutas esperadas e conhecimento sobre as políticas internas.
- Definição de planejamento estratégico para todas as operações do negócio e processos corporativos, com metas claras e traduzidas em indicadores e parâmetros, para fins de acompanhamento da evolução e possíveis riscos;
- Reuniões periódicas do Comitê de Riscos com objetivo de avaliar os riscos existentes, conhecer os assuntos críticos das áreas de negócio e definir estratégias de tratamento;
- Revisão sistemática e independente de Auditoria Interna e Controles Internos sobre o ambiente da Companhia;
- Revisão periódica dos próprios gestores (*Control Self-Assessment*) sobre os controles internos de sua responsabilidade.

iii. A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A empresa estruturou seus Comitês de forma a garantir uma rede de proteção e monitoramento sobre os riscos e processos relevantes. Para assessorar o Conselho de Administração, foram criados os Comitês de Governança, Estratégia, Pessoas, Remuneração e Finanças. E para dar suporte ao CEO no tratamento dos riscos, existem os Comitês de Riscos, Divulgação e os Comitês das Operações de Negócio.

Apesar de todos os Comitês criados terem um papel importante na identificação e tratamento dos riscos da empresa, é no Comitê de Riscos que ocorre o gerenciamento destes, através de reuniões trimestrais. As áreas de negócio são responsáveis por apresentar ao Comitê

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

os riscos identificados, temas críticos, ações de melhoria e monitoramento. É composto por membros da Diretoria, conforme citado no item 12.7 deste Formulário de Referência, e se reúne trimestralmente. Anualmente, um resumo das reuniões realizadas por este Comitê é apresentado ao Conselho de Administração.

A Auditoria desempenha também o trabalho de suporte na gestão de riscos, através do plano de auditoria. Para a realização do plano, os principais riscos são avaliados por processo e são classificados de acordo com a sua probabilidade e impacto. As avaliações são baseadas em entrevistas, além de uma revisão anual suportada pelos resultados das auditorias, históricos de problemas, inputs de gestores dos processos e resultados do processo de certificação SOX. A área de Auditoria Interna se reporta ao CEO, Comitê de Riscos e Conselho Fiscal. A composição do Conselho Fiscal está detalhada no item 12.5 deste Formulário de Referência.

Além disso, as áreas corporativas realizam um monitoramento constante de indicadores, sendo alguns deles definidos pela Administração, resultados e materialização de riscos.

C. A adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da política adotada.

A verificação da política adotada ocorre através dos Comitês existentes na Companhia os quais detêm o papel de acompanhamento da gestão de riscos, uma vez que monitoram as ações das áreas e dos assuntos críticos para o negócio e operação. Para assessorar o Conselho de Administração, foram criados os Comitês de Governança, Estratégia, Pessoas, Remuneração e Finanças. E para dar suporte ao CEO no tratamento dos riscos, existem os Comitês de Riscos, Divulgação e os Comitês das Operações de Negócio.

A Auditoria utiliza-se do seu processo de plano anual para definir os riscos relevantes e processos a serem revisados. E a partir disto, revisa se as áreas de negócio estão aderentes à legislação, políticas da empresa e melhores práticas. Além disso, realiza *follow-ups* periódicos dos planos de ação, com o objetivo de verificar se as ações corretivas estão sendo implantadas e os riscos mitigados conforme acordado.

A área de Controles Internos permanentemente avalia o ambiente de controles com vistas à Certificação SOX, critica o desenho dos controles, aderência às políticas e procedimentos da empresa.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**5.2. EM RELAÇÃO AOS RISCOS DE MERCADO INDICADOS NO ITEM 4.2., INFORMAR:**

- A. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política:**

A Companhia possui uma Política de Gestão de Riscos, que pode ser encontrada no seguinte endereço eletrônico: <http://ri.gerdau.com/static/ptb/politica-divulgacao-negociacao.asp?idioma=ptb>. Este documento foi aprovado em 02 de maio de 2012 pelo Conselho de Administração.

- B. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:**

i. Os riscos de mercado para os quais se busca proteção:

Risco de taxa de juros, risco de taxa de câmbio e risco de commodities.

ii. A estratégia de proteção patrimonial (*Hedge*):

A Companhia entende que está exposta a diferentes riscos de mercado, como flutuações de taxas de câmbio, taxas de juros e preços de commodities. A fim de cumprir sua estratégia de crescimento com rentabilidade, a Companhia implementa estratégias de gerenciamento de risco com o objetivo de mitigar tais riscos de mercado.

O objetivo da Companhia quando contrata operações de derivativos está sempre relacionado à redução dos riscos de mercado conforme apresentados em nossas políticas e diretrizes. Todas as operações vigentes de derivativos são mensalmente revisadas pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros, que valida o valor justo de tais instrumentos financeiros. Todos os ganhos e perdas dos instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia.

A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos exclusivamente para gerenciar os riscos de mercado mencionados acima e nunca com propósitos especulativos. Instrumentos financeiros derivativos são somente utilizados quando eles possuem uma posição correspondente (ativo ou passivo descoberto), proveniente das operações de negócios, investimentos e financiamentos da Companhia.

Por política interna, não são mantidas captações em moedas nas quais não exista uma correspondente geração de caixa sem a devida proteção cambial.

iii. Os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*Hedge*):

Para o *hedge* das exposições cambial e de taxa de juros são utilizados instrumentos financeiros derivativos, como: contratos futuros de moeda (NDFs), swaps de moeda e swaps de taxa de juros. O *hedge* de commodities, quando feito, ocorre através de *hedges* físicos onde a compra do insumo é feita por meio de preços fixos para entregas futuras.

Contratos futuros de Dólar

A Companhia contratou operações de NDFs (Non Deliverable Forward) com objetivo de reduzir o risco de variação cambial de passivos denominados em Dólar americano. As partes destas operações são instituições financeiras com baixo risco de crédito.

Contratos de Swap

A Companhia contratou operações de *Cross Currency Swaps*, qualificadas como *hedge* de fluxo de caixa (*cash flow hedge*), através das quais recebe uma taxa de juros variável baseada

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

na *Libor* em Dólar e paga uma taxa de juros fixa baseada na moeda local. As contrapartes destas operações são instituições financeiras com baixo risco de crédito.

iv. Os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos:

A Companhia avalia a sua exposição cambial calculando a diferença entre o valor de seus ativos e de seus passivos em moeda estrangeira. A Companhia entende que seus recebíveis originados das exportações, seu caixa e equivalentes de caixa denominados em moedas estrangeiras e seus investimentos em companhias no exterior mais do que equivalem a seus passivos denominados em moedas estrangeiras. No entanto, o gerenciamento destas exposições ocorre também a nível de cada operação. Para monitorar sua exposição a esse risco, a Companhia utiliza um índice que relaciona a quantidade de ativos e passivos em dólares norte-americanos. O índice é obtido dividindo-se o total de ativos pelo total de passivos em dólares norte-americanos. É aconselhável que este índice fique entre 0,80 e 1,20.

A Companhia avalia a sua exposição a juros comparando ativos e passivos financeiros denominados em taxas de juros fixas e flutuantes e monitorando os movimentos das taxas de juros, como LIBOR e CDI. Para gerenciar esse risco, a Companhia mensura a proporção de seus passivos indexados a juros fixos e de seus passivos indexados a juros flutuantes. É aconselhável que esta proporção seja de no máximo 70%/30% (juros fixos/ flutuantes).

A Companhia gerencia o risco de crédito adotando como prática a análise detalhada da situação patrimonial de seus clientes, estabelecendo um limite de crédito e acompanhando permanentemente o seu saldo devedor. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza aplicações em instituições com baixo risco de crédito avaliado por agências de rating. Além disso, cada instituição possui um limite máximo de saldo de aplicação, determinado pelo Comitê de Crédito.

A Companhia administra sua estrutura de capital, a qual consiste em uma relação entre as dívidas financeiras e o capital próprio (Patrimônio Líquido), baseada em políticas internas e benchmarks. A Companhia pode alterar sua estrutura de capital, conforme condições econômico-financeiras, visando otimizar sua alavancagem financeira e sua gestão de dívida. Ao mesmo tempo, a Companhia procura melhorar seu ROCE (Retorno sobre Capital Empregado) através da implementação de uma gestão de capital de giro e de um programa eficiente de investimentos em imobilizado. No longo prazo, a Companhia busca manter-se dentro dos parâmetros abaixo, admitindo variações pontuais no curto prazo:

WACC¹ entre 10%-13% a.a.
Dívida Líquida/EBITDA ajustado menor ou igual a 2,5x
Índice de Cobertura das Despesas Financeiras Líquidas maior ou igual a 5,5x
Relação Dívida/Capitalização Total menor ou igual a 60%

¹Cálculo do WACC é realizado em termos nominais.

Estes indicadores chave são usados para monitorar os objetivos descritos acima e podem não ser utilizados como indicadores para outras finalidades, tais como testes de recuperabilidade de ativos.

A política de gestão do endividamento e recursos de caixa da Companhia prevê a utilização de linhas compromissadas e de disponibilidade efetiva de linhas de crédito, com ou sem lastro em recebíveis de exportação, para gerenciar níveis adequados de liquidez de curto, médio e longo prazo.

Em relação ao risco de commodities, a Companhia monitora constantemente as variações de preços nos mercados nacional e internacional.

v. Se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são esses objetivos:

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Não se aplica.

vi. A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

A empresa possui um Comitê de Riscos, que é composto por membros da Diretoria e executivos da Gerdau. Este Comitê de Riscos, que assessora o Comitê Executivo Gerdau, se reúne trimestralmente. Anualmente, um resumo das reuniões realizadas por este Comitê é apresentado em reunião do Conselho de Administração. Os riscos financeiros são avaliados e gerenciados pela área financeira e, periodicamente, reportados ao Comitê de Riscos.

C. A adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

Todos os derivativos novos devem ser apresentados ao conselho executivo, através de um *template* de derivativos, que contempla todos os motivos pela qual a operação está sendo proposta. Uma vez a operação sendo efetivada, são realizados testes e controles sistemáticos, como marcação a mercado, análise de sensibilidade, testes retrospectivo e prospectivo (*hedge accounting*).

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3. EM RELAÇÃO AOS CONTROLES ADOTADOS PELO EMISSOR PARA ASSEGURAR A ELABORAÇÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONFIÁVEIS, INDICAR:

A. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las;

A administração avaliou a eficácia dos controles internos da Companhia relativos às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de dezembro de 2017, suportando-se nas melhores práticas de controles internos estabelecidos no “Internal Control – Integrated Framework (2013)”, emitido pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO). O COSO define controle interno como um processo que é desenhado para prover razoável nível de segurança no atendimento dos seguintes objetivos:

- Efetividade e eficiência nas operações;
- Confiabilidade nos relatórios financeiros; e,
- Atendimento às leis e regulamentos aplicáveis.

Além do COSO, a Administração define o *Control Objectives for Information and Related Technology* (COBIT) como metodologia para o mapeamento do ambiente de controles internos do processo de Tecnologia da Informação (TI). Recomendado pelo ISACA (Information Systems Audit and Control Association), o COBIT é orientado ao negócio, independente das plataformas de TI utilizadas, pois fornece informações detalhadas para gerenciar o processo baseado em seus objetivos de negócios.

Baseado em suas avaliações, a Administração conclui que a concepção e a operação dos controles e os procedimentos de divulgação de informações são eficazes para assegurar as informações solicitadas e divulgadas nos relatórios da Companhia.

Durante o ano de 2017 não houve mudanças significativas no ambiente de controles internos da Companhia que apresentasse probabilidade de afetar seus relatórios financeiros.

B. as estruturas organizacionais envolvidas;

Todos os Processos Organizacionais possuem responsabilidades, perante a Companhia, sobre seus controles internos. São os responsáveis pela operação dos controles, monitoramento, por promover melhorias e disseminar a cultura de controle. Além disso, replicam os resultados obtidos através da sua estrutura de reporte e comitês multifuncionais.

A Auditoria Interna é responsável pela avaliação do ambiente de controles internos da Companhia. O processo de revisões, avaliações, testes e divulgação de resultados são reportados aos gestores dos processos envolvidos e demais áreas relacionadas. O processo de Auditoria Interna é acompanhado pelo Comitê de Riscos e pelo Conselho Fiscal.

O Comitê de Riscos tem como atribuição principal acompanhar de temas relevantes, sendo eles: status das avaliações sobre os controles decorrentes da Lei Sarbanes Oxley, adequação dos controles e riscos associados a cada macroprocesso e/ou operação, incluindo, mas não se limitando, a riscos ambientais, de segurança empresarial, de segurança da informação, trabalhos da auditoria sobre riscos operacionais, estatísticas sobre os incidentes de ética e temas relevantes de Compliance e contingências jurídicas. O Comitê de Riscos é composto por membros da Diretoria e executivos da Gerdau, e tem como objetivo assessorar a Diretoria Executiva.

O Conselho Fiscal é composto por membros eleitos pelos acionistas, que possui independência em relação ao Conselho de Administração, Diretoria e aos Auditores Independentes. Sua principal responsabilidade é monitorar as atividades da administração, rever demonstrações financeiras e reportar suas impressões para os acionistas.

C. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Os Processos Organizacionais são o primeiro nível de supervisão sobre os controles internos da Companhia. Assim, é de responsabilidade dos Gestores e Diretores dos processos garantir os objetivos de controle estabelecidos e realizar a prestação de contas, a qual ocorre através de indicadores, divulgações, apresentação de resultados aos Comitês e outras estruturas Corporativas. Periodicamente são realizadas autoavaliações formais, pelos próprios gestores, e reportadas para a Auditoria Interna.

Adicionalmente, a Auditoria Interna realiza avaliações em seus controles internos de processo e de entidade de forma independente. Os resultados destas avaliações são apresentados aos gestores e diretores dos processos de negócio, os quais possuem a responsabilidade sobre o tratamento das melhorias e deficiências identificadas. Estes resultados também são apresentados pelo Gerente Geral Corporativo da Auditoria Interna, trimestralmente, ao Comitê de Riscos e ao Conselho Fiscal, através de reuniões presenciais registradas em ata.

O Comitê de Riscos é composto por membros da Diretoria, conforme citado no item 12.7 deste Formulário de Referência. Alguns especialistas internos participam destas reuniões, entre eles, o Gerente Geral de Auditoria Interna e Gerente Geral de Compliance. Adicionalmente, outros executivos fazem parte de uma agenda móvel e são chamados de acordo com a necessidade e os assuntos tratados.

A composição do Conselho Fiscal está detalhada no item 12.5 deste Formulário de Referência.

D. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente;

O estudo e a avaliação do sistema contábil e de controles internos da Companhia, conduzido pelos auditores independentes, em conexão com a auditoria das Demonstrações Financeiras, foram efetuados com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos.

Como resultado desse estudo e avaliação, não houve identificação de deficiências significativas à Companhia, apenas sugestões de aprimoramento dos controles internos, as quais serão avaliadas e tratadas em conjunto com os responsáveis pelos processos.

E. Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas.

A Administração entende que as deficiências de controle identificadas pelo auditor independente, não são significativas e não demonstram impacto no sistema contábil e em controles internos. Entretanto, para todas elas foram definidas as atuações necessárias pelos gestores dos processos, aplicados planos de melhoria e reportados à auditoria externa independente.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

5.4. INFORMAR SE, EM RELAÇÃO AO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL, HOUVE ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS NOS PRINCIPAIS RISCOS A QUE O EMISSOR ESTÁ EXPOSTO OU NA POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS ADOTADA, COMENTANDO, AINDA, EVENTUAIS EXPECTATIVAS DE REDUÇÃO OU AUMENTO NA EXPOSIÇÃO DO EMISSOR A TAIS RISCOS

Informações sobre os Riscos descritos no item 4.1

A Companhia tem como prática monitorar sistematicamente cada um dos riscos relacionados ao seu negócio, mencionados no item 4.1, e que possam afetar seus negócios, situação financeira e os resultados das suas operações de forma adversa.

Atualmente, a Companhia não identifica cenário de aumento ou redução significativa dos riscos a que está exposta. Não obstante, a Companhia busca controlar e reduzir alguns dos fatores de risco apresentados no item 4.1 do Formulário de Referência, adotando as seguintes medidas:

O nível de endividamento da Gerdau pode afetar negativamente sua capacidade de captar recursos adicionais para financiar as operações, limitar sua capacidade de resposta às mudanças na economia ou na indústria e impedir o cumprimento de suas obrigações nos contratos de dívida.

Em setembro de 2015, a Companhia concluiu o processo de eliminação dos *covenants* financeiros em todos os contratos. Desde de outubro de 2015, apenas operações com o BNDES contemplam os índices de endividamento da Companhia estabelecidos em contrato, porém com características distintas às que constavam nos contratos com bancos comerciais.

Numa eventual quebra de indicador na medição anual, a Companhia entraria em um período de cura e uma posterior renegociação de garantias, portanto, não se configurando em possibilidade de evento de default.

Aumentos nos preços de minério de ferro e carvão ou redução de sua oferta podem afetar negativamente as operações da Gerdau.

A Companhia possui minas de minério de ferro no estado de Minas Gerais, Brasil. Para minimizar a exposição à volatilidade dos preços de minério de ferro, a Companhia investiu na ampliação da capacidade produtiva destas minas, sendo que ao final do ano de 2012 atingiu o ritmo de 100% da necessidade de minério de ferro da usina Ouro Branco.

A inadimplência por parte dos clientes ou o não recebimento, por parte da Gerdau, de créditos detidos junto a instituições financeiras e gerados por operações de investimento financeiro podem afetar negativamente as receitas da Gerdau.

A Companhia pode sofrer perdas decorrentes da inadimplência de nossos clientes. A Companhia possui uma ampla base de clientes ativos e, em caso de inadimplência permanente de um grupo de clientes ou mais, a Companhia poderá sofrer um efeito adverso em seus negócios, situação financeira, resultados operacionais e fluxos de caixa. Além disso, existe a possibilidade de a Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos junto a instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro, o que também poderia causar um efeito adverso nos negócios, situação financeira, resultados operacionais e fluxos de caixa da Companhia.

Variações cambiais entre o dólar americano e as diversas moedas dos países onde a Gerdau opera podem aumentar o custo de manutenção da dívida da Companhia em moeda estrangeira e afetar negativamente seu desempenho financeiro.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Os resultados operacionais da Companhia são impactados pelas variações entre o real, moeda em que a Companhia apresenta suas demonstrações financeiras, e as diversas moedas dos países onde opera.

Por exemplo, a Operação de Negócio América do Norte apura seus resultados em dólares norte-americanos. Portanto, a variação das taxas de câmbio entre o real e o dólar norte-americano poderia afetar o resultado de suas operações. O mesmo ocorre com todas as unidades com sede fora do Brasil, em relação à taxa de câmbio da respectiva moeda local e o real.

A receita e as margens de exportação também são afetadas pelas flutuações na taxa de câmbio do dólar norte-americano e de outras moedas locais, em relação ao real, de países onde a Companhia produz. Os custos de produção da Companhia são denominados em moeda local, mas as vendas de exportação são expressas em dólares norte-americanos. Quando o real se valoriza frente ao dólar, as receitas de exportações se reduzem quando convertidas para a moeda brasileira.

Em relação ao dólar norte-americano, o real desvalorizou 47,0% em 2015, valorizou 16,5% em 2016 e desvalorizou 1,5% em 2017.

A dívida contratada pela Companhia em moeda estrangeira, principalmente em dólares norte-americanos, totalizava R\$ 13,3 bilhões em 31 de dezembro de 2017, representando 81,0% de sua dívida bruta consolidada (empréstimos e financiamentos mais debêntures). Uma desvalorização significativa do real frente ao dólar norte-americano ou outras moedas poderia reduzir a capacidade da Companhia de honrar suas obrigações financeiras expressas em moeda estrangeira, principalmente porque uma parte significativa de sua receita líquida é expressa em reais. Como resultado, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia podem ser afetados adversamente.

Informações sobre os Riscos descritos no item 4.2

Com relação aos riscos mencionados no item 4.2, atualmente, a Companhia não identifica cenário de aumento ou redução significativa dos riscos a que está exposta. A Companhia espera manter a exposição aos riscos de mercado como câmbio e taxa de juros, dentro dos parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos, parâmetros estes já mencionados no item 5.2, podendo utilizar, para tanto, os instrumentos de hedge citados no mesmo item.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

5.5. FORNECER OUTRAS INFORMAÇÕES QUE O EMISSOR JULGUE RELEVANTES:

Não há informações relevantes adicionais.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1. OS DIRETORES DEVEM COMENTAR SOBRE:

Os comentários descritos a seguir, têm como base as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Gerdau S.A. são apresentadas em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro – IFRS e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, plenamente convergentes com as normas de contabilidade emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

A. Condições financeiras e patrimoniais gerais:

No exercício de 2017, por meio da redução de capex, redução de custos e despesas, gestão do capital de giro e controle da alavancagem financeira, a Gerdau apresentou uma geração de caixa livre positiva que totalizou R\$ 1,5 bilhão. As vendas alcançaram 14,9 milhões de toneladas, resultando em uma receita líquida consolidada de R\$ 36,9 bilhões, levemente inferior à obtida em 2016. O EBITDA ajustado e a margem EBITDA ajustada consolidados atingiram R\$ 4,3 bilhões e 11,7%, respectivamente, no ano 2017, superiores aos valores de 2016 em função do melhor desempenho das Operações de Negócios Brasil e Aços Especiais. Além disso, houve uma redução de 26,1% nas despesas com vendas, gerais e administrativas (R\$ 584 milhões), reflexo dos esforços de racionalização em todas as operações de negócio ao longo do ano de 2017. O lucro líquido consolidado, ajustado pelos efeitos extraordinários em 2017 atingiu R\$ 522 milhões, aumento em relação a 2016, principalmente, em função do maior EBITDA ajustado e das menores despesas financeiras. No exercício de 2017 a Gerdau S.A. destinou R\$ 136,5 milhões (R\$ 0,08 por ação) para pagamento de dividendos, distribuídos por conta de reservas de lucros pré-existentes, mesmo com o cenário desafiador do setor do aço. Em agosto de 2017, foi comunicado ao mercado um importante passo na evolução da Governança Corporativa da Gerdau a partir de 1º de janeiro de 2018, onde os membros da família Gerdau Johannpeter que integravam a Direção executiva – André Bier Gerdau Johannpeter, Diretor-Presidente (CEO) e os Vice-Presidentes Executivos Claudio Johannpeter e Guilherme Chagas Gerdau Johannpeter – passaram a se dedicar exclusivamente aos Conselhos de Administração, órgãos dos quais já faziam parte. Para liderar essa nova etapa executiva a partir janeiro de 2018, o Conselho de Administração escolheu Gustavo Werneck da Cunha, o qual atuava como Diretor Executivo da Operação Brasil, como novo Diretor-Presidente (CEO) da Gerdau.

No exercício de 2016, a Gerdau obteve uma geração de caixa livre positiva de R\$ 2,3 bilhões, por meio da redução de capex, redução de custos e despesas, gestão do capital de giro e controle da alavancagem financeira. O efeito caixa da redução do capital de giro foi de R\$ 970 milhões quando comparado 31 de dezembro de 2015 para 31 de dezembro de 2016. Os investimentos realizados em ativos imobilizados totalizaram R\$ 1,3 bilhão em 2016, uma redução de 43,1% em relação a 2015. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía um ativo circulante de R\$ 17,8 bilhões, sendo R\$ 6,1 bilhões em caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras e um passivo circulante de R\$ 8,6 bilhões, o que resultou em um índice de liquidez corrente de 2,1x, demonstrando a boa capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo da Companhia. A redução da dívida bruta em R\$ 5,9 bilhões de dezembro de 2015 para dezembro de 2016 ocorreu devido ao efeito da variação cambial nos períodos comparados (apreciação da cotação final do real frente ao dólar norte-americano de 16,5% em 2016), além de amortizações de financiamentos de capital de giro e de imobilizado. O indicador dívida líquida (dívida bruta menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras) sobre o EBITDA ajustado em 31 de dezembro de 2016 foi de 3,5x, apresentando redução em relação a 31 de dezembro de 2015. No exercício de 2016, a Companhia destinou R\$ 85,4 milhões (R\$ 0,05 por ação) para pagamento de dividendos, distribuídos por conta de lucros obtidos nos primeiros nove meses de 2016 e por reservas de lucros pré-existentes, mesmo com o cenário desafiador do setor do aço. Esses dividendos correspondem ao total devido para atendimento ao dividendo mínimo obrigatório de 30% do lucro líquido ajustado, consoante disposição estatutária da Companhia.

No exercício de 2015, a Gerdau priorizou a geração de caixa livre positiva que totalizou R\$ 3,0 bilhões comparado com R\$ 1,9 bilhão em 2014, por meio da gestão de capital de giro, redução de custos, restrição de novos investimentos e controle da alavancagem financeira nas

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

suas diferentes Operações de Negócios, mesmo diante de um cenário global de aço desafiador. O efeito caixa da redução do capital de giro de 31 de dezembro de 2014 para 31 de dezembro de 2015 foi de R\$ 2,4 bilhões. Os investimentos realizados em manutenção, atualização tecnológica e expansão de capacidades totalizaram R\$ 2,3 bilhões em 2015, inflacionados pela desvalorização do real, uma vez que parte dos investimentos são atrelados ao dólar norte-americano. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía um ativo circulante de R\$ 22,2 bilhões, sendo R\$ 6,9 bilhões em caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras e um passivo circulante de R\$ 7,9 bilhões, o que resultou em um índice de liquidez corrente de 2,8x, demonstrando a boa capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo da Companhia. O aumento da dívida bruta em R\$ 6,9 bilhões de dezembro de 2014 para dezembro de 2015 ocorreu, principalmente, devido ao efeito da variação cambial nos períodos comparados (depreciação da cotação final do real frente ao dólar norte-americano de 47,0% em 2015). O indicador dívida líquida (dívida bruta menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras) sobre o EBITDA ajustado em 31 de dezembro de 2015, calculado em reais, foi de 4,2x, apresentando aumento em relação a 31 de dezembro de 2014. No exercício de 2015, a Companhia destinou R\$ 253,0 milhões (R\$ 0,15 por ação) para pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio, distribuídos por conta de lucros obtidos no primeiro semestre de 2015 e por reservas de lucros pré-existentes, mesmo com o cenário desafiador do setor do aço. Esses dividendos, que foram destinados nos primeiros nove meses de 2015, representaram 36% do lucro líquido do exercício, ajustado pelos eventos extraordinários, portanto acima dos 30% estabelecido no estatuto social da Companhia.

O quadro abaixo apresenta os indicadores de Dívida Líquida/EBITDA ajustado, calculado em reais, e Liquidez Corrente dos três últimos exercícios sociais:

Indicadores	2017	2016	2015
Dívida líquida (R\$) / EBITDA ajustado (R\$)	3,0x	3,5x	4,2x
Liquidez Corrente	2,3x	2,1x	2,8x

O indicador Dívida líquida (R\$) / EBITDA ajustado (R\$) foi mensurado conforme os seguintes termos:

- Dívida Líquida = Dívida Bruta menos Juros sobre a Dívida, Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras.
- EBITDA Ajustado acumulado dos últimos 12 meses.

B. Estrutura de capital:

Em 31 de dezembro de 2017, a dívida bruta totalizava R\$ 16.509 milhões, dos quais 12,1% era de curto prazo (R\$ 2.004 milhões) e 87,9% de longo prazo (R\$ 14.505 milhões). A dívida bruta era composta por 16,7% em reais, 80,8% em dólar norte-americano e 2,5% em outras moedas. A redução da dívida bruta em R\$ 4,1 bilhões de dezembro de 2016 para dezembro de 2017 ocorreu devido à amortização do Bond 2017 e demais financiamentos de capital de giro e de imobilizado, o que contribuiu também para a redução da dívida líquida. O custo médio nominal ponderado da dívida bruta, em 31 de dezembro de 2017, era de 6,4%, sendo que 7,5% para o montante denominado em reais, de 5,5% mais variação cambial para o total denominado em dólares tomados a partir do Brasil e de 7,2% para a parcela tomada pelas subsidiárias no exterior. Em 31 de dezembro de 2017, o prazo médio de pagamento da dívida bruta era de 6,7 anos. A estrutura de capital da Companhia medida pelo indicador Dívida bruta (empréstimos e financiamentos mais debêntures) em relação à Capitalização total (dívida bruta mais patrimônio líquido) em 31 de dezembro de 2016 era de 41%, a qual é considerada adequada no entendimento da Administração.

Em 31 de dezembro de 2016, a dívida bruta totalizava R\$ 20.583 milhões, dos quais 21,7% era de curto prazo (R\$ 4.458 milhões) e 78,3% de longo prazo (R\$ 16.125 milhões). Cabe destacar que o aumento na parcela do curto prazo refere-se, basicamente, ao Bond 2017 de R\$

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

2,6 bilhões e que a Companhia possui disponibilidade de caixa e linha de crédito mais que suficiente para honrar este compromisso. Além disso, a Companhia tem como alternativa o refinanciamento total ou parcial desta dívida. A dívida bruta era composta por 16,5% em reais, 80,1% em dólar norte-americano e 3,4% em outras moedas. A redução da dívida bruta em R\$ 5,9 bilhões de dezembro de 2015 para dezembro de 2016 ocorreu devido ao efeito da variação cambial nos períodos comparados (apreciação da cotação final do real frente ao dólar norte-americano de 16,5% em 2016), além de amortizações de financiamentos de capital de giro e de imobilizado. O custo médio nominal ponderado da dívida bruta, em 31 de dezembro de 2016, era de 7,2%, sendo que 10,9% para o montante denominado em reais, de 6,0% mais variação cambial para o total denominado em dólares tomados a partir do Brasil e de 6,8% para a parcela tomada pelas subsidiárias no exterior. Em 31 de dezembro de 2016, o prazo médio de pagamento da dívida bruta era de 5,7 anos. A estrutura de capital da Companhia medida pelo indicador Dívida bruta (empréstimos e financiamentos mais debêntures) em relação à Capitalização total (dívida bruta mais patrimônio líquido) em 31 de dezembro de 2015 era de 45%, a qual é considerada adequada no entendimento da Administração.

Em 31 de dezembro de 2015, a dívida bruta totalizava R\$ 26.461 milhões, dos quais 9,0% era de curto prazo (R\$ 2.387 milhões) e 91,0% de longo prazo (R\$ 24.074 milhões). A dívida bruta era composta por 13,1% em reais, 81,8% em dólar norte-americano e 5,1% em outras moedas. O aumento da dívida bruta em R\$ 6,9 bilhões de dezembro de 2014 para dezembro de 2015 ocorreu, principalmente, devido ao efeito da variação cambial nos períodos comparados (depreciação da cotação final do real frente ao dólar norte-americano de 47,0% em 2015). O custo médio nominal ponderado da dívida bruta, em 31 de dezembro de 2015, era de 6,8%, sendo que 11,8% para o montante denominado em reais, de 6,0% mais variação cambial para o total denominado em dólares tomados a partir do Brasil e de 6,0% para a parcela tomada pelas subsidiárias no exterior. Em 31 de dezembro de 2015, o prazo médio de pagamento da dívida bruta era de 6,5 anos, sendo que mais de 70% com vencimento somente a partir de 2018. A estrutura de capital da Companhia medida pelo indicador Dívida bruta (empréstimos e financiamentos mais debêntures) em relação à Capitalização total (dívida bruta mais patrimônio líquido) em 31 de dezembro de 2015 era de 45%, a qual é considerada adequada no entendimento da Administração.

O indicador de dívida bruta, em relação à capitalização total da Companhia para os exercícios de 2017, 2016 e 2015 foi de 41%, 45% e 45% respectivamente, o que demonstra a sólida estrutura de capital da empresa.

O padrão de financiamento das operações da Companhia obedece às seguintes premissas:

- a) O capital de giro deve ser suportado por financiamentos de curto prazo enquanto que os investimentos em ativo imobilizado (manutenção e melhoria) devem ser suportados por financiamentos de longo prazo ou capital próprio;
- b) As Operações de Negócio devem, preferencialmente, captar financiamentos na mesma moeda em que suas receitas são geradas;
- c) As Operações de Negócio podem acessar recursos captados de forma global pela Companhia, com o objetivo de reduzir o custo de financiamentos.
- d) Em 31 de dezembro de 2017, a estrutura de capital da Companhia que servia de suporte para o financiamento das operações era de R\$ 16,3 bilhões de capital de terceiros e R\$ 23,9 bilhões de capital próprio.

C. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

No quadro abaixo estão listados os principais indicadores de capacidade de pagamento de dívida utilizados pela Companhia: o nível de cobertura da despesa financeira, que mede a capacidade de pagamento das despesas financeiras líquidas em relação ao EBITDA (EBITDA /

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Despesa Financeira Líquida), e o nível de cobertura da dívida, que mede o nível de endividamento líquido em relação ao EBITDA (Dívida Líquida / EBITDA).

Indicadores	2017	2016	2015
Dívida Líquida / EBITDA ajustado	3,0x	3,5x	4,2x
EBITDA ajustado / Despesa Financeira Líquida	3,5x	2,9x	3,7x

Considerando o perfil do endividamento e a posição de liquidez da Companhia, conclui-se que esta tem plena capacidade de honrar todos os compromissos financeiros assumidos para os próximos anos.

Para maiores detalhes sobre o perfil da dívida vide alínea (F) deste item 10.1.

D. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas:

Além do caixa gerado por suas operações e pelas operações de suas subsidiárias, a Gerdau S.A., como forma de diversificar suas fontes de captação de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes, acessa diversos mercados. As captações são realizadas por meio de contratos financeiros junto a bancos comerciais, governamentais e agências multilaterais, bem como oriundas do mercado de capitais brasileiro e externo.

Para informações mais detalhadas sobre as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia, vide alínea (F) deste item 10.1.

E. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:

Linhas de crédito pré-aprovadas no programa FINEM junto ao BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico num valor total de R\$ 2,3 bilhões para reformas e modernizações em diversas áreas, ampliações de capacidade de produção de determinadas linhas de produtos, investimentos em logística e geração de energia, além de projetos ambientais e de sustentabilidade.

Linha de Crédito Global, uma linha de crédito revolver *multi-currency* no valor de US\$ 1,0 bilhão que objetiva prover liquidez às subsidiárias da Companhia ao redor do mundo. A linha é dividida em duas tranches, uma destinada às subsidiárias da América do Norte e a outra às subsidiárias da América Latina, e conta com a participação de 9 bancos de relacionamento.

Linhas de capital de giro em moeda local em diversos países como Índia, Colômbia, México, e Estados Unidos.

F. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

A dívida bruta totalizava R\$ 16,5 bilhões em 31 de dezembro de 2017, dos quais 12% eram de curto prazo e 88% de longo prazo. No quadro resumo abaixo estão os valores da dívida bruta de curto e longo prazo.

	2017 R\$ milhões	2016 R\$ milhões	2015 R\$ milhões
Circulante	2.004	4.458	2.387
Não circulante	14.457	16.125	24.074
Dívida Bruta	16.462	20.583	26.461

A redução da dívida bruta de 31/12/2016 para 31/12/2017 ocorreu, principalmente, pela amortizações de dívidas e pelo efeito da variação cambial do período.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

No quadro resumo abaixo estão os percentuais das dívidas em reais, moeda estrangeira contratadas pelas empresas do Brasil e em diferentes moedas contratadas pelas empresas subsidiárias no exterior.

	2017 R\$ milhões	2016 R\$ milhões	2015 R\$ milhões
Dívida em R\$	16%	17%	12%
Dívida em US\$	81%	80%	83%
Dívida em diferentes moedas	3%	3%	5%

Todos os indicadores descritos abaixo, calculados com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS da Gerdau S.A, referem-se aos contratos com o BNDES. Estes, possuem características distintas às que constavam nos contratos com bancos comerciais. Numa eventual quebra do indicador na medição anual, a Gerdau entraria em um período de cura e uma posterior renegociação de garantias, portanto, não se configurando em possibilidade de evento de *default*.

I) *Net Interest Coverage Ratio* (nível de cobertura da despesa financeira) – mede a capacidade de pagamento das despesas financeiras líquidas em relação ao EBITDA (lucro líquido antes de juros, impostos, depreciação, amortização e efeito do *impairment*). O índice contratual indica que o EBITDA dos últimos 12 meses deve representar, no mínimo, 2,0 vezes a despesa financeira líquida do mesmo período. Em 31/12/2017 este índice era 3,5 vezes.

II) *Net Leverage Ratio* (nível de cobertura da dívida líquida) – mede o nível de endividamento líquido em relação ao EBITDA (lucro líquido antes de juros, impostos, depreciação, amortização e efeito do *impairment*). O índice contratual indica que o nível de endividamento líquido não pode ultrapassar 4 vezes o EBITDA dos últimos 12 meses. Em 31/12/2017 este índice era de 3,0 vezes.

III) *Current Ratio* (índice de liquidez corrente) – mede a capacidade em atender as obrigações de curto prazo. O índice contratual indica que a razão entre o Ativo Circulante e o Passivo Circulante deve ser superior a 0,8 vezes. Em 31/12/2017 este índice era de 2,3 vezes.

Empréstimos e Financiamentos:

As obrigações por empréstimos e financiamentos são representadas como segue:
Em R\$ mil

	Encargos anuais (*)	2017	2016
Capital de giro	7,36%	2.739.258	3.468.490
Financiamento de imobilizado e outros	8,58%	2.108.216	2.855.860
<i>Ten/Thirty Years Bonds</i>	5,84%	11.614.182	14.093.460
Total dos financiamentos		<u>16.461.656</u>	<u>20.417.810</u>
Circulante		2.004.341	4.458.220
Não circulante		14.457.315	15.959.590
Valor do principal dos financiamentos		16.207.120	20.049.854
Valor dos juros dos financiamentos		<u>254.536</u>	<u>367.956</u>
Total dos financiamentos		<u>16.461.656</u>	<u>20.417.810</u>

(*) Custo médio ponderado nominal de juros no Consolidado em 31/12/2017.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os empréstimos e financiamentos denominados em reais são corrigidos por taxa fixa ou indexados conforme os seguintes indicadores: TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), CDI (Certificados de Depósito Interbancário), IGP-M (Índice Geral de Preços – Mercado), IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) e SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia).

Quadro resumo dos empréstimos e financiamentos por moeda de origem:

Moeda	2017 R\$ milhões	2016 R\$ milhões	2015 R\$ milhões
Real (BRL)	2.710	3.229	3.225
Dólar Norte-Americano (USD)	13.334	16.487	21.637
Outras moedas	418	702	1.352
Total	16.462	20.418	26.214

O cronograma de pagamento da parcela de longo prazo dos empréstimos e financiamentos é o seguinte:

Cronograma de Pagamento			
Exercício	2017 R\$ milhões	2016 R\$ milhões	2015 R\$ milhões
2018	-	1.679	1.531
2019	873	875	969
2020	3.158	3.261	3.813
2021	1.730	3.501	4.663
2022	148	151	199
2023 em diante	8.548	6.492	9.084
Total	14.457	15.960	24.895

Debêntures:

Emissão	Assembleia Geral	Quantidade em 31/12/2017		Vencimento	Encargos anuais	2017 R\$ milhões	2016 R\$ milhões	2015 R\$ milhões
		Emitida	Em carteira					
3ª - A e B	27/05/1982	144.000	140.582	01/06/2021	CDI	21	44	64
7ª	14/07/1982	68.400	68.236	01/07/2022	CDI	1	36	44
8ª	11/11/1982	179.964	177.222	02/05/2023	CDI	15	57	75
9ª	10/06/1983	125.640	125.037	01/09/2024	CDI	5	11	14
11ª - A e B	29/06/1990	150.000	149.252	01/06/2020	CDI	6	17	50
14ª	26/08/2014	20.000	12.023	30/08/2024		-	-	-
Total						48	165	247
Parcela do Não-circulante						48	165	247

Os vencimentos das parcelas de longo prazo são os seguintes:

	2017 R\$ milhões	2016 R\$ milhões	2015 R\$ milhões
2020	6	17	50
2021	21	44	64
2022 em diante	21	104	133
Total	48	165	247

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

UKEF — UK Export Finance

Em junho de 2011 a subsidiária Gerdau Açominas S.A. contratou financiamento com seguro de crédito da *UK Export Finance*, agência de crédito à exportação do Reino Unido, e

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

participação do Deutsche Bank, HSBC, Citibank e BNP Paribas. Em 31/12/2017, o saldo devedor desta operação era de US\$ 125,8 milhões (R\$ 416,1 milhões).

Bonds

A Companhia, através de suas subsidiárias Gerdau Holdings Inc. e Gerdau Trade Inc., concluiu nos anos de 2009, 2010, 2013, 2014 e 2017, emissões de bonds de 10 e 30 anos. As empresas Gerdau S.A., Gerdau Açominas S.A., Gerdau Aços Longos S.A. e Gerdau Aços Especiais S.A. prestam garantia e o saldo de principal nestas operações era de R\$ 14,9 bilhões em 31/12/2017.

NCEs

A Companhia e suas subsidiárias Gerdau Açominas S.A e Gerdau Aços Longos S.A emitiram Notas de Crédito à Exportação no total de R\$ 1,2 bilhão junto ao Banco do Brasil. A Gerdau S.A. é avalista destas operações. Em 31/12/2017, o saldo devedor desta operação era de R\$ 935 milhões.

EXIM PSI – BNDES

Ao longo de 2016 a Companhia captou R\$ 670,3 milhões através do Programa EXIM PSI do BNDES, com prazo de vencimento de dois anos. Em 31/12/2017, o saldo devedor dessas operações era de R\$ 712,6 milhões.

4131 Citi

Em outubro de 2015, a subsidiária Gerdau Açominas firmou operação de financiamento 4131 no valor de R\$ 656,2 milhões e prazo de cinco anos. A Companhia garante esta operação e o saldo em 31/12/2017 permanecia o mesmo.

BBVA — Credit Agreement

Em dezembro de 2015, a joint-venture Gerdau Corsa captou financiamento no valor de US\$ 150 milhões, denominados em pesos mexicanos, com o BBVA e prazo de vencimento em cinco anos. O saldo devedor desta operação em 31/12/2017 era de US\$ 126,3 milhões (R\$ 417,8 milhões em 31/12/2017) e a Companhia garante esta operação.

Syndicated Loan

Em dezembro de 2016, a joint-venture Gerdau Corsa concluiu captação em empréstimo sindicalizado no valor de US\$ 330 milhões, denominados em Pesos Mexicanos. Em 31/12/2017, o saldo devedor desta operação era de US\$ 340,3 milhões (R\$ 1,1 bilhão) e a Companhia garante esta operação.

Debêntures emitidas pela Gerdau S.A.

As debêntures são denominadas em reais, não são conversíveis em ações, com juros variáveis a um percentual da taxa CDI (Certificado de Depósito Interfinanceiro).

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia possui operações com derivativos que têm por objetivo a proteção contra variações cambiais nas captações e receitas realizadas em moeda estrangeira e contra variações de taxas de juros, sem fins especulativos. Estas operações estão contabilizadas pelo seu valor de mercado, de acordo com a metodologia de contabilidade de hedge (*hedge accounting*). Para maiores informações, vide nota explicativa nº 15 letra “e” das Demonstrações Financeiras de 2017.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Além das operações acima descritas, a Companhia não possui outras relações de longo prazo relevantes com instituições financeiras.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Os financiamentos contratados pela Gerdau S.A. não são contratualmente ou legalmente subordinados. As garantias prestadas pela Companhia para determinadas obrigações financeiras de suas subsidiárias podem, em alguns casos, ser estruturalmente subordinadas às obrigações financeiras que possuem garantias reais. Este seria o caso, por exemplo, de obrigações financeiras de subsidiárias junto ao BNDES sob a modalidade de FINAME e o caso de contratos de Pré-Pagamentos de Exportação, os quais são segurados pelo fluxo de recebíveis de exportação.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação aos limites de endividamento com o BNDES - descritos no item 10.1.F deste Formulário de Referência – e à alienação de ativos, conforme detalhamento a seguir.

A Gerdau S.A. e suas controladas possuem uma política definida para negociação de contratos de empréstimos e financiamento, na qual, cláusulas restritivas são tratadas com alta relevância.

Em grande parte dos contratos de empréstimo e financiamento da Gerdau S.A. e suas controladas, é permitida a mudança de controle do tomador, no entanto, os credores têm o direito de, se não satisfeitos com o novo controlador de acordo com as condições previstas em tais contratos, solicitar o pagamento antecipado da dívida.

A Gerdau S.A. e suas controladas podem alienar ativos em garantia em contratos de financiamento desde que respeitem alguns critérios estipulados em contrato, tais como, substituição de bem alienado por outro bem desde que não aumente o valor das dívidas com garantia real; alienação de ativo para dívida tomada especificamente para financiá-lo; alienações existentes em empresas após a compra ou fusão pela Gerdau S.A. e suas controladas; alienações impostas por lei; alienações ou depósitos em garantia relacionados a exigências trabalhistas; alienações de ativos garantindo pagamentos de impostos ou taxas governamentais que estejam em discussão; alienação de ativos em financiamentos com bancos de desenvolvimento brasileiros e/ou estrangeiros, agência governamentais, agências de crédito à exportação e bancos oficiais de fomento à exportação/importação; alienação de estoques e recebíveis em estruturas de financiamentos de importação ou exportação e alienações segurando dívidas que não excedam 15% do ativo tangível líquido consolidado da Companhia.

G. Limites de utilização dos financiamentos já contratados:

Em junho de 2009, a Companhia e algumas de suas controladas no Brasil obtiveram uma linha de crédito pré-aprovada junto ao BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social no montante total de R\$ 1,5 bilhão para reformas e modernizações em diversas áreas, ampliações de capacidade de produção de determinadas linhas de produtos, investimentos em logística e geração de energia, além de projetos ambientais e de sustentabilidade. Esses recursos são disponibilizados à medida que as controladas realizam seu plano próprio de investimentos e apresentem ao BNDES a respectiva comprovação de realização. A taxa de juros para essa linha de crédito é determinada na ocasião de cada desembolso, e é composta por indexadores atrelados à TJLP + 2,16% a.a. Em 31/12/2017 o saldo devedor desta operação era de R\$ 450,5 milhões.

Em dezembro de 2012 a empresa Gerdau Açominas S.A. obteve uma linha de crédito pré-aprovada junto ao BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social no montante total de R\$ 776,6 milhões para o projeto de implantação de uma unidade laminação de aços planos. Esses recursos são disponibilizados à medida que a controlada realiza seu plano próprio de investimentos e apresenta ao BNDES a respectiva comprovação de realização. A taxa de juros para essa linha de crédito é determinada na ocasião de cada desembolso, e é composta

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

por indexadores atrelados à TJLP e cesta de moedas + 2,16% a.a. Em 31/12/2017 o saldo devedor desta operação era de R\$ 270,3 milhões.

Em Outubro de 2017, a Companhia exerceu a opção de renovação automática de sua Linha de Crédito Global, reduzindo seu total de US\$ 1 bilhão para US\$ 800 milhões a um custo de Libor + 1,50% a.a. A linha está dividida em duas tranches, sendo US\$ 200 milhões destinados às subsidiárias da América do Norte e US\$ 600 milhões às subsidiárias da América Latina, incluindo o Brasil. Em 31/12/2017 o saldo devedor desta operação era de US\$ 54 milhões (R\$ 178.6 milhões).

H. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras:

Balanço Patrimonial - Consolidado

GERDAU S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL
(Valores expressos em milhares de reais)

Análise Vertical				Consolidado				
	31/12/2017	2017	31/12/2016	Análise Vertical 2016	31/12/2015	Análise Vertical 2015	Análise Horizontal 2017x2016	Análise Horizontal 2016x2015
ATIVO CIRCULANTE								
Caixa e equivalentes de caixa	2.555.338	5,1%	5.063.383	9,3%	5.648.080	8,1%	-49,5%	-10,4%
Aplicações financeiras								
Títulos para negociação	821.518	1,6%	1.024.411	1,9%	1.270.760	1,8%	-19,8%	-19,4%
Contas a receber de clientes	2.798.420	5,6%	3.576.699	6,5%	4.587.426	6,5%	-21,8%	-22,0%
Estoques	6.701.404	13,3%	6.332.730	11,6%	8.781.113	12,5%	5,8%	-27,9%
Créditos tributários	402.429	0,8%	504.429	0,9%	673.155	1,0%	-20,2%	-25,1%
Imposto de renda/contribuição social a recuperar	487.633	1,0%	623.636	1,1%	724.843	1,0%	-21,8%	-14,0%
Ganhos não realizados com instrumentos financeiros	-		2.557	0,0%	37.981	0,1%	-100,0%	-93,3%
Ativo mantido para venda	3.745.634	7,4%	-		-			
Outros ativos circulantes	469.737	0,9%	668.895	1,2%	454.140	0,6%	-29,8%	47,3%
	17.982.113	35,7%	17.796.740	32,6%	22.177.498	31,6%	1,0%	-19,8%
ATIVO NÃO-CIRCULANTE								
Créditos tributários	30.841	0,1%	56.703	0,1%	77.990	0,1%	-45,6%	-27,3%
Imposto de renda/contribuição social diferidos	3.054.393	6,1%	3.407.230	6,2%	4.307.462	6,1%	-10,4%	-20,9%
Ganhos não realizados com instrumentos financeiros	-		10.394	0,0%	5.620	0,0%	-100,0%	84,9%
Partes relacionadas	51.839	0,1%	57.541	0,1%	54.402	0,1%	-9,9%	5,8%
Depósitos judiciais	2.051.181	4,1%	1.861.784	3,4%	1.703.367	2,4%	10,2%	9,3%
Outros ativos não-circulantes	542.973	1,1%	447.260	0,8%	490.583	0,7%	21,4%	-8,8%
Gastos antecipados com plano de pensão	1.149	0,0%	56.797	0,1%	140.388	0,2%	-98,0%	-59,5%
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial	1.280.299	2,5%	798.844	1,5%	1.392.882	2,0%	60,3%	-42,6%
Ágios	7.891.142	15,7%	9.470.016	17,3%	15.124.430	21,6%	-16,7%	-37,4%
Outros intangíveis	972.089	1,9%	1.319.941	2,4%	1.835.761	2,6%	-26,4%	-28,1%
Imobilizado	16.443.742	32,7%	19.351.891	35,4%	22.784.326	32,5%	-15,0%	-15,1%
	32.319.648	64,3%	36.838.401	67,4%	47.917.211	68,4%	-12,3%	-23,1%
	50.301.761		54.635.141		70.094.709		-7,9%	-22,1%
TOTAL DO ATIVO								

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

GERDAU S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL

(Valores expressos em milhares de reais)

	Análise		Análise		Consolidado	Análise	Análise Horizontal	Análise Horizontal
	31/12/2017	Vertical 2017	31/12/2016	Vertical 2016	31/12/2015	Vertical 2015	2017x2016	2016x2015
PASSIVO CIRCULANTE								
Fornecedores	3.179.954	6,3%	2.743.818	5,0%	3.629.788	5,2%	15,9%	-24,4%
Empréstimos e financiamentos	2.004.341	4,0%	4.458.220	8,2%	2.387.237	3,4%	-55,0%	86,8%
Impostos e contribuições sociais a recolher	284.101	0,6%	341.190	0,6%	349.674	0,5%	-16,7%	-2,4%
Imposto de renda/contribuição social a recolher	70.242	0,1%	74.458	0,1%	140.449	0,2%	-5,7%	-47,0%
Salários a pagar	443.859	0,9%	464.494	0,9%	480.430	0,7%	-4,4%	-3,3%
Benefícios a empregados	253	0,0%	409	0,0%	18.535	0,0%	-38,1%	-97,8%
Provisão para passivos ambientais	21.928	0,0%	17.737	0,0%	27.736	0,0%	23,6%	-36,1%
Perdas não realizadas com instrumentos financeiros	-	-	6.584	0,0%	-	-	-100,0%	-
Passivo mantido para venda	1.084.032	2,2%	-	-	-	-	-	-
Outros passivos circulantes	625.410	1,2%	514.599	0,9%	829.182	1,2%	21,5%	-37,9%
	<u>7.714.120</u>	<u>15,3%</u>	<u>8.621.509</u>	<u>15,8%</u>	<u>7.863.031</u>	<u>11,2%</u>	<u>-10,5%</u>	<u>9,6%</u>
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE								
Empréstimos e financiamentos	14.457.315	28,7%	15.959.590	29,2%	23.826.758	34,0%	-9,4%	-33,0%
Debêntures	47.928	0,1%	165.423	0,3%	246.862	0,4%	-71,0%	-33,0%
Partes relacionadas	-	-	-	-	896	0,0%	-	-100,0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	82.686	0,2%	395.436	0,7%	914.475	1,3%	-79,1%	-56,8%
Perdas não realizadas com instrumentos financeiros	1.267	0,0%	-	-	-	-	-	-
Provisão para passivos tributários, cíveis e trabalhistas	827.883	1,6%	2.239.226	4,1%	1.904.730	2,7%	-63,0%	17,6%
Provisão para passivos ambientais	63.263	0,1%	66.069	0,1%	136.070	0,2%	-4,2%	-51,4%
Benefícios a empregados	1.424.611	2,8%	1.504.394	2,8%	1.687.486	2,4%	-5,3%	-10,8%
Obrigações com FIDC	1.135.077	2,3%	1.007.259	1,8%	853.252	1,2%	12,7%	18,0%
Outros passivos não-circulantes	653.670	1,3%	401.582	0,7%	690.766	1,0%	62,8%	-41,9%
	<u>18.693.700</u>	<u>37,2%</u>	<u>21.738.979</u>	<u>39,8%</u>	<u>30.261.295</u>	<u>43,2%</u>	<u>-14,0%</u>	<u>-28,2%</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
Capital social	19.249.181	38,3%	19.249.181	35,2%	19.249.181	27,5%	-	-
Ações em tesouraria	(76.085)	-0,2%	(98.746)	-0,2%	(383.363)	-0,5%	-22,9%	-74,2%
Reserva de capital	11.597	0,0%	11.597	0,0%	11.597	0,0%	-	-
Reserva de lucros	3.315.374	6,6%	3.763.207	6,9%	6.908.059	9,9%	-11,9%	-45,5%
Ajustes de avaliação patrimonial	1.145.134	2,3%	1.102.897	2,0%	5.900.327	8,4%	3,8%	-81,3%
ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES	<u>23.645.201</u>	<u>47,0%</u>	<u>24.028.136</u>	<u>44,0%</u>	<u>31.685.801</u>	<u>45,2%</u>	<u>-1,6%</u>	<u>-24,2%</u>
PARTICIPAÇÕES DOS ACIONISTAS NÃO-CONTROLADORES								
	<u>248.740</u>	<u>0,5%</u>	<u>246.517</u>	<u>0,5%</u>	<u>284.582</u>	<u>0,4%</u>	<u>0,9%</u>	<u>-13,4%</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>23.893.941</u>	<u>47,5%</u>	<u>24.274.653</u>	<u>44,4%</u>	<u>31.970.383</u>	<u>45,6%</u>	<u>-1,6%</u>	<u>-24,1%</u>
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>50.301.761</u>		<u>54.635.141</u>		<u>70.094.709</u>		<u>-7,9%</u>	<u>-22,1%</u>

Seguem abaixo, alterações significativas nas linhas que representam mais de 10% do grupo ao qual pertencem e que tenham variado mais de 5% na comparação dos exercícios, ou que a Companhia julgue ser um ativo ou passivo relevante no contexto de seu patrimônio:

Análise Balanço Patrimonial - 2017 X 2016

Importante salientar que em 04 de outubro de 2017 foi anunciada a venda das operações da Gerdau no Chile e em 02 de janeiro de 2018 foi anunciada a venda de ativos na América do Norte. Os ativos e passivos relacionados às operações alienadas foram reclassificados para as linhas “ativo mantido para venda” e “passivo mantido para venda”. Com isso, boa parte das variações ocorridas nas linhas do balanço patrimonial podem ser justificadas por essas reclassificações.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são compostos pelos recursos de caixa, saldos em conta corrente e aplicações financeiras de vencimento inferior a 90 dias. Aplicações financeiras em títulos para negociação incluem Certificados de Depósitos Bancários e investimentos em títulos e valores mobiliários, os quais são registrados pelo seu valor justo. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira. No conjunto destas duas linhas, a redução de 44,5% de 31 de dezembro de 2016 para 31 de dezembro de 2017 foi decorrente, principalmente, de amortizações de dívidas de capital de giro e imobilizado ocorridas no ano de 2017.

Contas a Receber de Clientes

A linha de Contas a Receber de Clientes apresentou uma redução de 21,8% de 2016 para 2017, em função da alienação dos ativos da América do Norte e do Chile.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Contas a receber de Clientes (R\$ milhões)	2017	2016
Contas a receber de Clientes - no Brasil	1.265	1.252
Contas a receber de Clientes - exportações a partir do Brasil	139	265
Contas a receber de Clientes - controladas no exterior	1.526	2.259
(-) Provisão para risco de crédito	(132)	(199)
Total	2.798	3.577

Estoques

Os estoques aumentaram 5,8% de 2016 para 2017 em função, principalmente, do aumento das matérias primas, devido aos maiores preços das mesmas.

Estoques (R\$ milhões)	2017	2016
Produtos prontos	3.027	2.988
Produtos em elaboração	1.302	1.201
Matérias-primas	1.703	1.488
Materiais de almoxarifado	298	431
Importações em andamento	375	254
(-) Provisão p/ ajuste ao valor líquido realizável	(4)	(29)
Total	6.701	6.333

Ativos / passivos mantidos para venda

Em 04/10/2017, a Companhia assinou contrato para venda de 100% de sua operação no Chile. Os ativos incluídos na venda são unidades industriais de aços longos, com capacidade anual instalada de aço de 520 mil toneladas, e apresentados dentro do segmento América do Sul. O valor econômico da transação corresponde a US\$ 154 milhões (equivalentes a R\$ 509 milhões). A conclusão da transação ainda depende da aprovação do órgão de defesa de concorrência chileno, a qual deverá ocorrer em 2018.

Em 29/12/2017, a Companhia firmou um acordo definitivo de venda de algumas das usinas produtoras de vergalhão, assim como unidades de corte e dobra de aço e centros de distribuição nos Estados Unidos por US\$ 600 milhões (equivalentes a R\$ 1.985 milhões), sujeitos a ajustes habituais no valor de aquisição. O acordo inclui as usinas de Jacksonville (Florida), Knoxville (Tennessee), Rancho Cucamonga (California) e Sayreville (New Jersey), com uma capacidade de produção combinada de 2,5 milhões de toneladas curtas por ano, além de unidades de beneficiamento de vergalhões e distribuição nos Estados Unidos, apresentados dentro do segmento América do Norte. A transação está sujeita à autorização dos órgãos reguladores e às condições habituais de fechamento, a qual deverá ocorrer antes do final do ano de 2018.

Mais detalhes podem ser encontrados na nota 3.4 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

Imposto de Renda/Contribuição Social diferidos

O Ativo Fiscal Diferido (IRPJ e CSLL) refere-se a créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social sobre o lucro e de diferenças temporárias, representado substancialmente pela variação cambial diferida sobre financiamentos vinculados as exportações, que estão sendo realizados quando da liquidação de ditos financiamentos.

A redução de 10,4% no saldo de imposto de renda/contribuição social diferido do exercício de 2016 para 2017 ocorreu, substancialmente, devido a utilização de créditos na apuração fiscal e redução de alíquotas em empresas no exterior.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Ágios

Comparando os exercícios de 2016 e 2017, verificou-se uma redução de 16,7% na linha de ágios, principalmente, pela perda pela não recuperabilidade de ativos e pela baixa de ágio na venda de ativos, ambas ocorridas na Operação de Negócio América do Norte.

Ágios (R\$ milhões)	2017	2016
Saldo inicial	9.470	15.124
(+) Variação Cambial	72	(2.582)
(-) Perdas pela não recuperabilidade de ativos	(849)	(2.678)
(-) Baixa por venda de empresa controlada	(802)	(394)
Saldo final	7.891	9.470

Outros intangíveis

O saldo de “outros intangíveis” do exercício de 2017 em relação ao de 2016 apresentou redução de 26,4%, em função, principalmente, de amortizações de relacionamento com clientes e desenvolvimento de software.

Imobilizado

Comparando os exercícios de 2017 e 2016, verificou-se uma redução de 15,0% na linha de imobilizado, basicamente, em função da alienação dos ativos da América do Norte e do Chile e da redução dos investimentos em capex comparada com a manutenção dos patamares de depreciação.

Imobilizado (R\$ milhões)	2017	2016
Terrenos, prédios e construções	5.171	5.585
Máquinas, equipamentos e instalações	9.440	11.029
Equipamentos eletrônicos de dados	89	112
Imobilizações em andamento	951	1.763
Outros	793	863
Total	16.444	19.352

OBS: o imobilizado refere-se ao custo de aquisição, líquido de depreciação acumulada e perdas pela não recuperabilidade.

Fornecedores

O saldo de “fornecedores” do exercício de 2017 em relação ao de 2016 apresentou aumento de 15,9%, em função dos maiores custos com matérias primas além dos esforços para aumento dos prazos de pagamento.

Empréstimos e Financiamentos e Debêntures

A dívida bruta totalizava R\$ 16.509 milhões em 31 de dezembro de 2017, dos quais 12,1% da dívida bruta era de curto prazo e 87,9% de longo prazo. No final do ano de 2017, a dívida bruta era composta por 16,7% em reais, 80,8% em dólar norte-americano e 2,5% em outras moedas. A redução da dívida bruta em R\$ 4,1 bilhões de dezembro de 2016 para dezembro de 2017 ocorreu, devido à amortização do *bond* 2017, além de amortizações de financiamentos de capital de giro e de imobilizado. O detalhamento sobre os principais contratos de financiamentos que compõe a dívida bruta está disponível no item 10.1 letra f.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Composição da dívida (R\$ milhões)	2017	2016
Circulante	2.004	4.458
Não circulante	14.505	16.125
Dívida Bruta*	16.509	20.583
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	3.377	6.088
Dívida líquida	13.132	14.495

*Dívida Bruta inclui debêntures

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido totalizou R\$ 23.894 milhões em dezembro de 2017, comparado com R\$ 24.275 milhões no final de 2016, o que representa uma redução de 1,6%. Esta queda refere-se, basicamente, ao prejuízo líquido do exercício de 2017, além da distribuição de dividendos por conta de reserva de lucros.

Análise Balanço Patrimonial - 2016 X 2015**Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras**

Caixa e equivalentes de caixa são compostos pelos recursos de caixa, saldos em conta corrente e aplicações financeiras de vencimento inferior a 90 dias. Aplicações financeiras em títulos para negociação incluem Certificados de Depósitos Bancários e investimentos em títulos e valores mobiliários, os quais são registrados pelo seu valor justo. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira. No conjunto destas duas linhas, a redução de 12,0% de 31 de dezembro de 2015 para 31 de dezembro de 2016 foi decorrente, principalmente, de amortizações de dívidas de capital de giro e imobilizado ocorridas no ano de 2016, além dos efeitos de variação cambial na reconversão dos saldos das empresas controladas no exterior (apreciação da cotação final do real frente ao dólar norte-americano de 16,5% em 2016).

Contas a Receber de Clientes

A linha de Contas a Receber de Clientes apresentou uma redução de 22,0% de 2015 para 2016, basicamente, em função da variação cambial sobre as contas a receber de clientes de controladas no exterior e de exportações a partir do Brasil, da redução de volume de vendas em 2016 e dos esforços de gestão de capital de giro em todas operações de negócio da Companhia.

Contas a receber de Clientes (R\$ milhões)	2016	2015
Contas a receber de Clientes - no Brasil	1.252	1.152
Contas a receber de Clientes - exportações a partir do Brasil	265	504
Contas a receber de Clientes - controladas no exterior	2.259	3.116
(-) Provisão para risco de crédito	(199)	(185)
Total	3.577	4.587

Estoques

Os estoques reduziram 27,9% de 2015 para 2016 em função dos esforços de redução de capital de giro, da readequação da produção em relação a demanda e do efeito cambial do período sobre os estoques das subsidiárias do exterior.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Estoques (R\$ milhões)	2016	2015
Produtos prontos	2.988	4.313
Produtos em elaboração	1.201	1.777
Matérias-primas	1.394	1.866
Materiais de almoxarifado	431	560
Adiantamento a fornecedores	94	112
Importações em andamento	254	254
(-) Provisão p/ ajuste ao valor líquido realizável	(29)	(101)
Total	6.333	8.781

Imposto de Renda/Contribuição Social diferidos

O Ativo Fiscal Diferido (IRPJ e CSLL) refere-se a créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social sobre o lucro e de diferenças temporárias, representado substancialmente pela variação cambial diferida sobre financiamentos vinculados as exportações, que estão sendo realizados quando da liquidação de ditos financiamentos.

A redução de 20,9% no saldo de imposto de renda/contribuição social diferido do exercício de 2015 para 2016 ocorreu, substancialmente, devido ao efeito tributário sobre a variação cambial no exercício de 2016 (apreciação da cotação final do real frente ao dólar norte-americano de 16,5%).

Ágios

Comparando os exercícios de 2015 e 2016, verificou-se uma redução de 37,4% na linha de ágios, principalmente, pelas perdas pela não recuperabilidade de ativos registradas nas Operações de Negócio América do Norte e América do Sul no ano de 2016, além do efeito da variação cambial do período em decorrência da apreciação do real frente ao dólar norte-americano sobre os ágios das subsidiárias do exterior.

Ágios (R\$ milhões)	2016	2015
Saldo inicial	15.124	12.556
(+) Variação Cambial	(2.582)	5.096
(-) Perdas pela não recuperabilidade de ativos	(2.678)	(2.528)
(-) Baixa por venda de empresa controlada	(394)	-
Saldo final	9.470	15.124

Outros intangíveis

O saldo de “outros intangíveis” do exercício de 2016 em relação ao de 2015 apresentou redução de 28,1%, em função, principalmente, de amortizações e do efeito cambial sobre ativos intangíveis no exterior, basicamente de relacionamento com clientes e desenvolvimento de software.

Imobilizado

Comparando os exercícios de 2015 e 2016, verificou-se uma redução de 15,1% na linha de imobilizado, basicamente, em virtude do efeito da variação cambial sobre os ativos imobilizados nas subsidiárias no exterior, das baixas por venda de empresas controladas e por perdas pela não recuperabilidade de ativos na Operação de Negócio América do Norte e América do Sul.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Imobilizado (R\$ milhões)	2016	2015
Terrenos, prédios e construções	5.585	6.455
Máquinas, equipamentos e instalações	11.029	11.202
Equipamentos eletrônicos de dados	112	112
Imobilizações em andamento	1.763	4.069
Outros	863	947
Total	19.352	22.784

OBS: o imobilizado refere-se ao custo de aquisição, líquido de depreciação acumulada e perdas pela não recuperabilidade.

Empréstimos e Financiamentos e Debêntures

A dívida bruta totalizava R\$ 20.583 milhões em 31 de dezembro de 2016, dos quais 21,7% da dívida bruta era de curto prazo e 78,3% de longo prazo. No final do ano de 2016, a dívida bruta era composta por 16,5% em reais, 80,1% em dólar norte-americano e 3,4% em outras moedas. A redução da dívida bruta em R\$ 5,9 bilhões de dezembro de 2015 para dezembro de 2016 ocorreu, principalmente, devido ao efeito da variação cambial nos períodos comparados (apreciação da cotação final do real frente ao dólar norte-americano de 16,5% em 2016), além de amortizações de financiamentos de capital de giro e de imobilizado. O detalhamento sobre os principais contratos de financiamentos que compõe a dívida bruta está disponível nos itens 10.1 letra f.

Composição da dívida (R\$ milhões)	2016	2015
Circulante	4.458	2.387
Não circulante	16.125	24.074
Dívida Bruta	20.583	26.461
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	6.088	6.919
Dívida líquida	14.495	19.542

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido totalizou R\$ 24.275 milhões em dezembro de 2016, comparado com R\$ 31.970 milhões no final de 2015, o que representa uma redução de 24,1%. Esta queda refere-se, basicamente, ao efeito da variação cambial sobre investimentos no exterior e ao prejuízo líquido do exercício de 2016.

Demonstração dos Resultados - Consolidado

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

GERDAU S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
(Valores expressos em milhares de reais)

		Análise Vertical 2017		Análise Vertical 2016		Análise Vertical 2015	Análise Horizontal 2017 x 2016	Análise Horizontal 2016 x 2015
	31/12/2017		31/12/2016		31/12/2015			
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	36.917.619		37.651.667		43.581.241		-1,9%	-13,6%
Custo das vendas	(33.312.995)	-90,2%	(34.187.941)	-90,8%	(39.290.526)	-90,2%	-2,6%	-13,0%
LUCRO BRUTO	3.604.624	9,8%	3.463.726	9,2%	4.290.715	9,8%	4,1%	-19,3%
Despesas com vendas	(524.965)	-1,4%	(710.766)	-1,9%	(785.002)	-1,8%	-26,1%	-9,5%
Despesas gerais e administrativas	(1.129.943)	-3,1%	(1.528.262)	-4,1%	(1.797.483)	-4,1%	-26,1%	-15,0%
Outras receitas operacionais	260.618	0,7%	242.077	0,6%	213.431	0,5%	7,7%	13,4%
Outras despesas operacionais	(168.887)	-0,5%	(114.230)	-0,3%	(116.431)	-0,3%	47,8%	-1,9%
Perdas pela não recuperabilidade de ativos	(1.114.807)	-3,0%	(2.917.911)	-7,7%	(4.996.240)	-11,5%	-61,8%	-41,6%
Resultado em operações com entidades controladas e coligada	(721.682)	-2,0%	(58.223)	-0,2%	-		1139,5%	
Reversão de passivos contingentes, líquido	929.711	2,5%	-		-			
Resultado da equivalência patrimonial	(34.597)	-0,1%	(12.771)	0,0%	(24.502)	-0,1%	170,9%	-47,9%
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS IMPOSTOS	1.100.072	3,0%	(1.636.360)	-4,3%	(3.215.512)	-7,4%	-167,2%	-49,1%
Receitas financeiras	226.615	0,6%	252.045	0,7%	378.402	0,9%	-10,1%	-33,4%
Despesas financeiras	(1.726.284)	-4,7%	(2.010.005)	-5,3%	(1.780.366)	-4,1%	-14,1%	12,9%
Varição cambial, líquido	(4.057)	0,0%	851.635	2,3%	(1.564.017)	-3,6%	-100,5%	-154,5%
Reversão de atualização de passivos contingentes, líquido	369.819	1,0%	-		-			
(Perdas) Ganhos com instrumentos financeiros, líquido	(9.441)	0,0%	(38.930)	-0,1%	87.085	0,2%	-75,7%	-144,7%
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DOS IMPOSTOS	(43.276)	-0,1%	(2.581.615)	-6,9%	(6.094.408)	-14,0%	-98,3%	-57,6%
Imposto de renda e contribuição social								
Corrente	(313.758)	-0,8%	(110.511)	-0,3%	(158.450)	-0,4%	183,9%	-30,3%
Diferido	18.367	0,0%	(193.803)	-0,5%	1.656.872	3,8%	-109,5%	-111,7%
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(338.667)	-0,9%	(2.885.929)	-7,7%	(4.595.986)	-10,5%	-88,3%	-37,2%
(+) Reversão das Perdas pela não recuperabilidade de ativos	1.114.807	3,0%	2.917.911	7,7%	4.996.240	11,5%	-61,8%	-41,6%
(+) Resultado em operações com entidades controladas e coligada	721.682	2,0%	58.223	0,2%	-		1139,5%	
(-) Reversão de passivos contingentes, líquido	(929.711)	-2,5%	-		-			
(-) Reversão de atualização de passivos contingentes, líquido	(369.819)	-1,0%	-		-			
(-/+) Imposto de renda sobre os eventos extraordinários	323.856	0,9%	-		-			
(+) Reversão de baixas de ativos fiscais diferidos	-		-		284.014	0,7%		-100,0%
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO *	522.148	1,4%	90.205	0,2%	684.268	1,6%	478,8%	-86,8%

* O Lucro líquido ajustado é uma medida não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras e consiste no lucro (prejuízo) líquido ajustado pelos eventos extraordinários que impactaram o resultado, porém sem produzir efeito caixa.

Análise Demonstração dos Resultados – 2017 X 2016**Receita Líquida de Vendas**

Em 2017, a receita líquida consolidada apresentou uma queda de 1,9% em relação a 2016, em função dos menores volumes vendidos.

Custo das Vendas e Lucro Bruto

No exercício de 2017, o custo das vendas apresentou uma redução de 2,6% em relação a 2016, em função, principalmente, da alienação das unidades da Espanha e da Colômbia. A margem bruta apresentou leve melhora devido ao melhor desempenho das ONs Brasil e Aços Especiais ter compensado a pior performance das ONs América do Norte e América do Sul nos períodos comparados.

Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas

A redução de 26,1% nas despesas com vendas consolidadas e de 26,1% nas despesas gerais e administrativas foi decorrente dos esforços da Companhia na racionalização dessas despesas, além da redução de 4,0% nos volumes vendido. Em consequência disso, a participação das despesas com vendas, gerais e administrativas em relação à receita líquida de vendas foi de 4,5% em 2017 apresentando uma redução em relação aos 5,9% em 2016.

Perdas pela não recuperabilidade de ativos e Resultado em operações com entidades controladas e coligada

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Na linha “perdas pela não recuperabilidade de ativos” foi registrado no exercício de 2017 um total de R\$ de R\$ 1.114,8 milhões, referente à perda pela não recuperabilidade de ágio e a falta de expectativa de utilização de certos ativos da Companhia, identificada por meio de testes de recuperabilidade. No quarto trimestre de 2017, em virtude da falta de expectativa de utilização futura de alguns ativos em algumas plantas industriais, os testes realizados em outros ativos de vida longa identificaram perdas pela não recuperabilidade no imobilizado no montante de R\$ 124.667, sendo R\$ 45.279 no segmento Brasil e R\$ 79.388 no segmento América do Norte, decorrentes de valor recuperável abaixo do valor contábil. Estas perdas foram determinadas com base na diferença entre o valor contábil e o valor recuperável destes ativos no montante de R\$ 0 que representa o seu valor em uso (maior entre o valor justo líquido de despesa de alienação ou seu valor em uso). Ainda, no quarto trimestre de 2017, a Companhia avaliou a recuperabilidade do ágio dos seus segmentos. Com base principalmente no aumento da taxa de desconto, as análises efetuadas identificaram uma perda pela não recuperabilidade do ágio no montante de R\$ 990.140 para o segmento América do Norte. Os demais segmentos não apresentaram perda pela não recuperabilidade de ágio no teste efetuado em 2017.

Lucro (prejuízo) Operacional antes do Resultado Financeiro e dos Impostos

O Lucro (prejuízo) Operacional antes do Resultado Financeiro e dos Impostos passou de R\$ 1.636,4 milhões negativos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 1.100,1 milhões positivos em 2017. Essa variação ocorreu, principalmente, pelas menores perdas na não recuperabilidade de ativos, pelo maior resultado negativo em operações com empresas controladas, pela reversão de passivos contingentes líquido e pelas menores despesas com vendas, gerais e administrativas, ocorridos em 2017 na comparação com 2016.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro passou de R\$ 945,3 milhões negativos em 2016 para R\$ 1.143,3 milhões também negativos em 2017. O maior resultado financeiro negativo é consequência, principalmente, da variação cambial líquida sobre os passivos contratados em dólar norte-americano (depreciação da cotação final do real frente ao dólar norte-americano de 1,5% em 2017 contra uma apreciação de 16,5% em 2016), ainda que as despesas financeiras tenham reduzido (-14,1%) nos períodos comparados.

Cabe salientar que, com base em normas do IFRS, a Companhia designou a maior parte das dívidas em moeda estrangeira como hedge de parte dos investimentos em controladas fora do Brasil. Desta forma, a variação cambial sobre o montante de US\$ 2,3 bilhões (US\$ 2,1 bilhões referente ao *Ten/Thirty Years Bonds*, mais US\$ 0,2 bilhão referente a outras operações de financiamentos) foi reconhecida na demonstração dos resultados, enquanto que a variação cambial sobre a parcela de US\$ 0,5 bilhão foi reconhecida no resultado financeiro e teve seu efeito neutralizado na linha de “Imposto de renda”.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social ficou negativa em R\$ 295,4 milhões em 2017 comparada a R\$ 304,3 milhões também negativos em 2016. Essa variação foi decorrente principalmente da redução de alíquotas de imposto de renda em algumas empresas no exterior.

Lucro (prejuízo) Líquido

O prejuízo líquido consolidado passou de R\$ 2.885,9 milhões em 2016 para R\$ 338,7 milhões em 2017. Essa variação ocorreu, principalmente, pelo lucro operacional de 2017 comparado com um prejuízo operacional de 2016, além do menor resultado financeiro negativo em 2017.

Análise Demonstração dos Resultados – 2016 X 2015

Receita Líquida de Vendas

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 2016, a receita líquida consolidada apresentou uma redução de 13,6% em relação a 2015, em função, em função das menores vendas em todas as ONs e da menor receita líquida por tonelada vendida, principalmente, na ON América do Norte.

Custo das Vendas e Lucro Bruto

No exercício de 2016, o custo das vendas apresentou uma redução de 13,0% em relação a 2015, em função, principalmente, da queda de 8,3% nos volumes vendidos, além dos menores custos de matéria-prima. A margem bruta apresentou leve redução de 9,8% em 2015 para 9,2% em 2016 devido ao pior desempenho das ONs América do Norte e Brasil, parcialmente compensado pela ON Açores Especiais.

Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas

A redução de 9,5% nas despesas com vendas consolidadas foi decorrente da queda dos volumes vendidos em 2016 (-8,3%). As despesas gerais e administrativas consolidadas apresentaram redução de 15,0% de 2015 para 2016, refletindo os esforços da Companhia na racionalização dessas despesas, ainda que o câmbio médio de conversão dos valores das subsidiárias no exterior tenha depreciado 4,3%. Em 2016, a participação das despesas com vendas, gerais e administrativas em relação à receita líquida de vendas foi de 6,0%, estável em relação a 2015, em função da queda de 13,6% na receita líquida.

Perdas pela não recuperabilidade de ativos e Resultado em operações com entidades controladas e coligada

Na linha “perdas pela não recuperabilidade de ativos” foi registrado no exercício de 2016 um total de R\$ 2,917,9 milhões, referente à perda pela não recuperabilidade de ágio e a falta de expectativa de utilização de certos ativos da Companhia, identificada por meio de testes de recuperabilidade. No quarto trimestre de 2016, a Companhia avaliou a recuperabilidade do ágio dos seus segmentos. As análises efetuadas identificaram uma perda pela não recuperabilidade do ágio no montante de R\$ 2.678,6 para o segmento América do Norte. Os demais segmentos não apresentaram perda pela não recuperabilidade de ágio no teste efetuado em 2016. Ainda, no quarto trimestre de 2016, os testes realizados em outros ativos de vida longa identificaram perdas pela não recuperabilidade no imobilizado no montante de R\$ 239,3 milhões, sendo R\$ 138,8 milhões no segmento América do Sul e R\$ 100,6 milhões no segmento América do Norte, decorrentes de valor recuperável abaixo do valor contábil. Mais detalhes podem ser verificados no item 10.9.

Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro e dos Impostos

O Lucro (prejuízo) Operacional antes do Resultado Financeiro e dos Impostos passou de R\$ 3.215,5 milhões negativos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 1.636,4 milhões também negativos em 2016. Essa variação ocorreu, principalmente, pelas menores perdas na não recuperabilidade de ativos ocorrida em 2016, além das menores despesas com vendas, gerais e administrativas, apesar do menor lucro bruto nos períodos comparados.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro passou de R\$ 2.878,9 milhões negativos em 2015 para R\$ 945,3 milhões também negativos em 2016. O menor resultado financeiro negativo foi consequência, principalmente, da variação cambial líquida positiva sobre os passivos contratados em dólar norte-americano (apreciação da cotação final do real frente ao dólar norte-americano de 16,5% em 2016 contra uma depreciação de 47,0% em 2015), ainda que as despesas financeiras tenham apresentado aumento no período comparado.

Cabe salientar que, com base em normas do IFRS, a Companhia designou a maior parte das dívidas em moeda estrangeira como *hedge* de parte dos investimentos em controladas fora do Brasil. Desta forma, a variação cambial sobre o montante de US\$ 2,5 bilhões (US\$ 2,3 bilhões

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

referente ao *Ten/Thirty Years Bonds*, mais US\$ 0,2 bilhão referente a outras operações de financiamentos) foi reconhecida no patrimônio líquido, enquanto que a variação cambial sobre a parcela de US\$ 1,0 bilhão foi reconhecida no resultado financeiro e teve seu efeito neutralizado na linha de "Imposto de renda".

Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para o imposto de renda ficou negativa em R\$ 304,3 milhões em 2016 comparada a R\$ 1.498,4 milhões positiva em 2015. Essa variação ocorreu, principalmente, pelo efeito tributário sobre a variação cambial positiva referente a dívidas em moeda estrangeira (apreciação da cotação final do real frente ao dólar norte-americano de 16,5% em 2016), ainda que o prejuízo consolidado antes do imposto de renda e da contribuição social tenha sido menor em 2016.

Lucro (prejuízo) Líquido

O prejuízo líquido consolidado passou de R\$ 4.596,0 milhões em 2015 para R\$ 2.885,9 milhões em 2016. Essa variação ocorreu, principalmente, pelas menores perdas na não recuperabilidade de ativos ocorrida em 2016 e pelas menores despesas com vendas, gerais e administrativas, apesar do menor lucro bruto nos períodos comparados.

Fluxo de Caixa - Consolidado

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

GERDAU S.A. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Valores expressos em milhares de reais)

	Exercícios findos em			Análise Horizontal 2017x2016	Análise Horizontal 2016x2015
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015		
Fluxo de caixa da atividade operacional					
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(338.667)	(2.885.929)	(4.595.986)	-88,3%	-37%
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao fluxo de caixa das atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	2.092.551	2.535.955	2.607.909	-17,5%	-3%
Perda pela não recuperabilidade de ativos	1.114.807	2.917.911	4.996.240	-61,8%	-42%
Equivalência patrimonial	34.597	12.771	24.502	170,9%	-48%
Variação cambial, líquida	4.057	(851.635)	1.564.017	-100,5%	-154%
Perdas (Ganhos) com instrumentos financeiros, líquido	9.441	38.930	(87.085)	-75,7%	-145%
Benefícios pós-emprego	192.724	229.767	233.287	-16,1%	-2%
Planos de incentivos de longo prazo	35.576	46.683	48.589	-23,8%	-4%
Imposto de renda e contribuição social	295.391	304.314	(1.498.422)	-2,9%	-120%
Ganho na alienação de imobilizado	(69.510)	(43.340)	(3.971)	60,4%	991%
Resultado em operações com entidades controladas e coligada	721.682	58.223	-		
Provisão para risco de crédito	18.342	68.781	127.701	-73,3%	-46%
Provisão de passivos tributários, cíveis e trabalhistas	(110.281)	347.882	323.314	-131,7%	8%
Reversão de passivos contingentes, líquido	(929.711)	-	-		
Receita de juros de aplicações financeiras	(75.387)	(107.980)	(153.631)	-30,2%	-30%
Despesa de juros sobre dívidas financeiras	1.323.448	1.540.797	1.471.526	-14,1%	5%
Reversão de atualização de passivos contingentes, líquido	(369.819)	-	-		
Juros sobre mútuos com empresas ligadas	(95)	2.457	(2.712)	-103,9%	-191%
(Reversão) Provisão de ajuste ao valor líquido realizável de estoque, líquido	(20.195)	(31.492)	17.536	-35,9%	-280%
	3.928.951	4.184.095	5.072.814	-6,1%	-18%
Variação de ativos e passivos:					
Redução (Aumento) de contas a receber	(54.690)	64.805	1.219.605	-184,4%	-95%
(Aumento) Redução de estoques	(1.269.455)	794.591	1.977.361	-259,8%	-60%
Aumento (Redução) de contas a pagar	800.164	110.466	(768.627)	624,4%	-114%
(Aumento) Redução de outros ativos	(371.745)	(275.938)	(270.391)	34,7%	2%
Redução de outros passivos	(56.909)	(287.487)	(509.227)	-80,2%	-44%
Recebimento de dividendos/juros sobre o capital próprio	40.644	124.495	52.769	-67,4%	136%
Aplicações financeiras de títulos para negociação	(2.390.104)	(880.436)	(1.958.522)	171,5%	-55%
Resgate de aplicações financeiras de títulos para negociação	2.905.411	1.089.972	3.929.971	166,6%	-72%
Caixa gerado pelas atividades operacionais	3.532.267	4.924.563	8.745.753	-28,3%	-44%
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	(1.330.116)	(1.240.165)	(946.041)	7,3%	31%
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(126.023)	(168.032)	(637.394)	-25,0%	-74%
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	2.076.128	3.516.366	7.162.318	-41,0%	-51%
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Adições de imobilizado	(873.329)	(1.323.891)	(2.324.718)	-34,0%	-43%
Recebimento pela venda de imobilizado, investimento e intangíveis	554.457	308.694	90.942	79,6%	239%
Adições de outros ativos intangíveis	(37.939)	(54.044)	(126.428)	-29,8%	-57%
Pagamento na aquisição de controle de empresa	-	-	(20.929)		
Aumento de capital em empresa com controle compartilhado	(178.670)	-	(40.524)		
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(535.481)	(1.069.241)	(2.421.657)	-49,9%	-56%
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Compras de ações em tesouraria	-	(95.343)	(189.071)	-100,0%	-50%
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(86.386)	(85.962)	(358.226)	0,5%	-76%
Empréstimos e financiamentos obtidos	3.265.860	2.455.371	3.042.783	33,0%	-19%
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(7.241.401)	(4.605.406)	(5.028.386)	57,2%	-8%
Financiamentos com empresas ligadas, líquido	5.797	(6.492)	30.126	-189,3%	-122%
Pagamentos na aquisição de participação adicional em controladas	-	-	(339.068)		
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(4.056.130)	(2.337.832)	(2.841.842)	73,5%	-18%
Efeito de variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa	7.438	(693.990)	699.290	-101,1%	-199%
(Redução) Aumento do caixa e equivalentes de caixa	(2.508.045)	(584.697)	2.598.109	328,9%	-123%
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.063.383	5.648.080	3.049.971	-10,4%	85%
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.555.338	5.063.383	5.648.080	-49,5%	-10%

Análise Fluxo de Caixa – 2017 X 2016 X 2015

Caixa e equivalentes de caixa totalizaram R\$ 2.555,3 milhões, R\$ 5.063,4 milhões e R\$ 5.648,1 milhões em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 respectivamente, conforme análise a seguir:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Caixa líquido das atividades operacionais

O caixa líquido das atividades operacionais totalizou R\$ 2.076,1 milhões, R\$ 3.516,4 milhões, R\$ 7.162,3 milhões nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 respectivamente.

Em 2017, o caixa líquido proveniente das atividades operacionais reduziu 41,0% em comparação a 2016, substancialmente pelo consumo de capital de giro no ano de 2017, comparado a uma liberação no ano de 2016. No capital giro, o líquido entre o aumento de R\$ 54,7 milhões em clientes, o aumento de R\$ 1.269,5 milhões em estoques e a redução de R\$ 800,2 milhões em contas a pagar, impactou negativamente o caixa das atividades operacionais da Companhia em R\$ 524,0 milhões em 2017. Em 2016, esse impacto foi positivo no caixa em R\$ 969,8 milhões, redução de R\$ 64,8 milhões em clientes, a redução de R\$ 794,6 milhões em estoques e o aumento de R\$ 110,5 milhões em contas a pagar. O principal fator para o impacto negativo de R\$ 524,0 milhões no caixa operacional da Companhia em 2017 foi o aumento dos estoques em todas as Operações de Negócio, principalmente na ON Brasil, em função da maior produção no período e dos maiores custos de matérias-primas.

Em 2016, o caixa líquido proveniente das atividades operacionais reduziu 50,9% em comparação a 2015, substancialmente pela menor liberação do capital de giro e pelos menores resgates de aplicações financeiras. No capital giro, o líquido entre a redução de R\$ 64,8 milhões em clientes, a redução de R\$ 794,6 milhões em estoques e o aumento de R\$ 110,5 milhões em contas a pagar, impactou positivamente o caixa das atividades operacionais da Companhia em R\$ 969,8 milhões em 2016. Em 2015, esse impacto foi positivo no caixa em R\$ 2.428,3 milhões, resultado da redução de R\$ 1.219,6 milhões em clientes, da redução de R\$ 1.977,4 milhões em estoques e da redução de R\$ 768,6 milhões em contas a pagar. O principal fator para o impacto positivo de R\$ 969,9 milhões no caixa operacional da Companhia em 2016 foi a redução de estoques, especialmente na Operação de Negócio América do Norte, resultado da readequação dos níveis de estoques aos menores volumes de vendas que foram impactados pela continuada pressão de produtos importados na região, mesmo com a manutenção da boa demanda para o setor de construção não residencial. O caixa gerado a partir do resgate de aplicações financeiras foi utilizado para amortizações de dívidas de curto e longo prazo da Companhia.

Ciclo Financeiro

Em 2017, como resultado do aumento do capital de giro¹ (+6,3%), comparado com aumento da receita líquida (+13,9%) nos últimos três meses de 2017 em relação aos últimos três meses de 2016, o ciclo financeiro² reduziu de 75 dias em 2016 para 70 dias em 2017 (de 37 dias de contas a receber de clientes em 2016 para 34 dias em 2017, 66 dias de estoques em 2016 para 69 em 2017 e de 29 dias de fornecedores em 2016 para 33 dias em 2017).

Em 2016, como resultado da redução do capital de giro (-26,4%), comparado com a queda da receita líquida (-17,5%) nos últimos três meses de 2016 em relação aos últimos três meses de 2015, o ciclo financeiro reduziu de 84 dias em 2015 para 75 dias em 2016 (de 40 dias de contas a receber de clientes em 2015 para 37 dias em 2016, 76 dias de estoques em 2015 para 66 em 2016 e de 31 dias de fornecedores em 2015 para 29 dias em 2016).

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento reduziu 49,9%, passando de R\$ 1.069,2 milhões no ano findo em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 535,5 milhões em 2017, pelo menor desembolso de capex (adição de imobilizado) e pelo maior recebimento de caixa na alienação de investimentos, relativos à venda das unidades de aços especiais na Espanha, de uma usina de aços longos na Colômbia, de unidades produtoras de coque metalúrgico na

¹ *Capital de giro*: contas a receber de clientes, mais estoques, menos fornecedores (considerando todas as contas ao final do período).

² *Ciclo financeiro*: capital de giro, dividido pela receita líquida (nos últimos três meses), multiplicado por 90.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Colômbia, da participação de 30% na empresa Aceros Guatemala e de unidades de transformação e terrenos nos Estados Unidos.

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento reduziu 55,8%, passando de R\$ 2.421,7 milhões no ano findo em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 1.069,2 milhões em 2016, substancialmente, pelo menor desembolso de capex (adição de imobilizado) e pelo recebimento de caixa na alienação de investimentos, relativos à venda das unidades de aços especiais na Espanha, de uma usina de aços longos na Colômbia, de unidades produtoras de coque metalúrgico na Colômbia, da participação de 30% na empresa Aceros Guatemala e de unidades de transformação e terrenos nos Estados Unidos.

Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento

O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento passou de uma aplicação de R\$ 2.337,8 milhões no ano findo em 31 de dezembro de 2016 para uma aplicação de R\$ 4.056,1 milhões em 2017. Esta variação ocorreu, principalmente, pelo fato de que em 2017 houve maior pagamento de empréstimos e financiamentos, reflexo da estratégia da Companhia de reduzir o nível de endividamento e os indicadores da dívida.

O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento passou de uma aplicação de R\$ 2.841,8 milhões no ano findo em 31 de dezembro de 2015 para uma aplicação de R\$ 2.337,8 milhões em 2016. Esta variação ocorreu, principalmente, pelo fato de que em 2015 houve desembolso para aquisição de participação adicional em controladas no valor de R\$ 339,1 milhões, o que não ocorreu em 2016. Adicionalmente, em 2016, a Companhia distribuiu menos dividendos e ocorreram menos compras de ações em tesouraria, em relação a 2015.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2. OS DIRETORES DEVEM COMENTAR:

A. Resultados das operações do emissor:

As informações deste relatório são apresentadas em quatro Operações de Negócio (ON), conforme estabelecido na governança corporativa da Gerdau, a saber:

- **ON Brasil** (Operação de Negócio Brasil) – inclui as operações no Brasil (exceto aços especiais) e a operação de minério de ferro no Brasil;
- **ON América do Norte** (Operação de Negócio América do Norte) – inclui todas as operações na América do Norte (Canadá, Estados Unidos e México), exceto aços especiais, além da empresa de controle conjunto e a empresa coligada, ambas no México;
- **ON América do Sul** (Operação de Negócio América do Sul) – inclui todas as operações na América do Sul (Argentina, Chile, Peru, Uruguai e Venezuela), exceto as operações do Brasil, além da empresa de controle conjunto na República Dominicana e Colômbia;
- **ON Aços Especiais** (Operação de Negócio Aços Especiais) – inclui as operações de aços especiais no Brasil, nos Estados Unidos e Índia.

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Vendas

Em termos consolidados, as vendas no ano de 2017 apresentaram redução em relação ao ano de 2016, devido aos menores volumes vendidos na ON Brasil, além da alienação das unidades da Espanha e da Colômbia.

Na Operação de Negócio Brasil, as vendas de aço no ano de 2017 apresentaram redução em relação ao ano de 2016, devido, principalmente, à queda de demanda no mercado interno em função do menor nível de atividade da construção civil. As exportações apresentaram queda em função da baixa rentabilidade por maiores custos.

Na Operação de Negócio América do Norte, as vendas de 2017 em relação a 2016 apresentaram aumento em função da manutenção da boa demanda para o setor de construção não residencial, além da menor pressão de produtos importados na região.

Na Operação de Negócio América do Sul, a redução nas vendas em 2017 em relação a 2016 ocorreu devido, principalmente, à desconsolidação da operação da Colômbia.

As vendas das unidades da Operação de Negócio Aços Especiais apresentaram redução em 2017 em relação a 2016 devido à alienação das unidades na Espanha, ocorrida em 2016. Desconsiderando este efeito, as vendas apresentaram aumento nas demais operações.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Vendas consolidadas¹ (1.000 toneladas)	Exercício de 2017	Exercício de 2016	Variação 2017/2016
Brasil	5.608	6.067	-7,6%
Mercado Interno	3.717	3.707	0,3%
Exportações	1.991	2.360	-15,6%
América do Norte	6.313	5.965	5,8%
América do Sul	1.723	2.088	-17,5%
Aços Especiais	1.977	2.102	-5,9%
Eliminações e ajustes	(683)	(664)	2,9%
Total	14.938	15.558	-4,0%

¹ As informações acima não contemplam dados das empresas com controle compartilhado e associadas.

Receita Líquida

Em 2017, a receita líquida consolidada e o custo das vendas apresentaram redução em função dos menores volumes vendidos.

Na Operação de Negócio Brasil, o aumento da receita líquida verificado em 2017 em relação a 2016 foi resultante da maior receita líquida por tonelada vendida no mercado interno e nas exportações, apesar da queda nos volumes vendidos.

Na Operação de Negócio América do Norte, a receita líquida de 2017 apresentou estabilidade em relação a 2016 devido à menor receita líquida por tonelada vendida em reais impactada pelo câmbio (8,3% de apreciação da cotação média do real frente ao dólar norte-americano), apesar do aumento dos volumes vendidos no período.

Na Operação de Negócio América do Sul Latina, a redução da receita líquida em 2017 em relação a 2016 ocorreu devido, principalmente, à desconsolidação da operação da Colômbia.

Na Operação de Negócio Aços Especiais a redução da receita líquida em 2017 em relação a 2016 ocorreu, principalmente, pela alienação das unidades da Espanha.

Receita líquida¹ (R\$ milhões)	Exercício de 2017	Exercício de 2016	Variação 2017/2016
Brasil ²	12.563	11.635	8,0%
Mercado Interno	9.507	8.569	10,9%
Exportações	3.056	3.066	-0,3%
América do Norte	15.433	15.431	0,0%
América do Sul	4.026	4.776	-15,7%
Aços Especiais	6.229	6.885	-9,5%
Eliminações e ajustes	(1.333)	(1.075)	-
Total	36.918	37.652	-1,9%

¹ As informações acima não contemplam dados das empresas com controle compartilhado e associadas.

² Inclui receita líquida de minério de ferro.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Vendas

O volume consolidado de vendas no ano de 2016 em relação ao ano de 2015 apresentou redução, devido à alienação das unidades da Espanha, além dos menores volumes em todas as ONs.

Na Operação de Negócio Brasil, as vendas de aço no ano de 2016 apresentaram redução em relação ao ano de 2015, devido, principalmente, à queda de demanda no mercado

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

interno em função do menor nível de atividade da construção e da indústria, ocasionado pela recessão econômica no Brasil. Por outro lado, as exportações apresentaram aumento devido às oportunidades no mercado internacional.

Na Operação de Negócio América do Norte, as vendas de 2016 em relação a 2015 apresentaram redução em função da continuada pressão de produtos importados na região, mesmo com manutenção da boa demanda para o setor de construção não residencial.

Na Operação de Negócio América do Sul, as vendas em 2016 apresentaram redução em relação a 2015, em linha com a queda do consumo de aço na maioria dos países onde a Gerdau atua.

As vendas das unidades da Operação de Negócio Aços Especiais apresentaram redução no ano de 2016 se comparadas com o ano de 2015, devido à alienação das unidades na Espanha e, em menor proporção, à queda nos volumes das unidades no Brasil.

Vendas consolidadas¹ (1.000 toneladas)	Exercício de 2016	Exercício de 2015	Variação 2016/2015
Brasil	6.067	6.457	-6,0%
Mercado Interno	3.707	4.284	-13,5%
Exportações	2.360	2.173	8,6%
América do Norte	5.965	6.232	-4,3%
América do Sul	2.088	2.222	-6,0%
Aços Especiais	2.102	2.621	-19,8%
Eliminações e ajustes	(664)	(562)	18,1%
Total	15.558	16.970	-8,3%

¹ As informações acima não contemplam dados das empresas com controle compartilhado e associadas.

Receita Líquida

Em 2016, a receita líquida consolidada apresentou um aumento de 13,6% em relação a 2015, em função das menores vendas em todas as ONs e da menor receita líquida por tonelada vendida, principalmente, na ON América do Norte (-6,9%).

Na Operação de Negócio Brasil, a queda da receita líquida em 10,3% em 2016 se comparada com 2015 foi resultante, principalmente, do mix de mercados, com redução das vendas no mercado interno (passando de 4.284 mil toneladas em 2015 para 3.707 mil toneladas em 2016) parcialmente compensada pelos maiores volumes vendidos nas exportações (passando de 2.173 mil toneladas em 2015 para 2.360 mil toneladas em 2016). Além disso, ocorreu uma menor receita líquida por tonelada vendida nas exportações (-11,1%). A queda de demanda no mercado interno ocorreu em função do menor nível de atividade da construção e da indústria, ocasionado pela recessão econômica no Brasil. Por outro lado, as exportações apresentaram aumento devido às oportunidades no mercado internacional.

Na Operação de Negócio América do Norte, a receita líquida de 2016 foi 10,9% inferior à de 2015 devido à menor receita líquida por tonelada vendida (-6,9%), além dos menores volumes vendidos no período (-4,3%), ocasionados pela continuada pressão de produtos importados na região, mesmo com manutenção da boa demanda para o setor de construção não residencial.

Na Operação de Negócio América do Sul Latina, a receita líquida no ano de 2016 apresentou redução de 12,8% em relação ao ano de 2015, em função dos menores volumes vendidos (2.222 mil toneladas em 2015 para 2.088 mil toneladas em 2016) e do efeito cambial frente às moedas dos países onde a Gerdau tem operações.

Na Operação de Negócio Aços Especiais, a redução da receita líquida de 22,5% em 2016 em relação a 2015 ocorreu, principalmente, pela alienação das unidades da Espanha e redução de volumes nas unidades do Brasil, que ocasionaram uma redução de 19,8% nas vendas consolidadas desta ON (2.621 mil toneladas em 2015 para 2.102 mil toneladas em 2016).

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Receita líquida¹ (R\$ milhões)	Exercício de 2016	Exercício de 2015	Variação 2016/2015
Brasil ²	11.635	12.977	-10,3%
Mercado Interno	8.569	9.802	-12,6%
Exportações	3.066	3.175	-3,4%
América do Norte	15.431	17.312	-10,9%
América do Sul	4.776	5.477	-12,8%
Aços Especiais	6.885	8.882	-22,5%
Eliminações e ajustes	(1.075)	(1.067)	-
Total	37.652	43.581	-13,6%

¹ As informações acima não contemplam dados das empresas com controle compartilhado e associadas.

² Inclui receita líquida de minério de ferro .

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Custo das Vendas e Margem Bruta

No exercício de 2017, o custo das vendas apresentou uma redução de 2,6% em relação a 2016, em função, principalmente, da alienação das unidades da Espanha e da Colômbia. A margem bruta apresentou leve melhora devido ao melhor desempenho das ONs Brasil e Aços Especiais ter compensado a pior performance das ONs América do Norte e América do Sul nos períodos comparados.

Na Operação de Negócio Brasil, o custo das vendas em 2017 quando comparado com 2016, apresentou aumento de 5,7%, função dos maiores custos de matéria prima (custo de metálicos representava 26,9% do custo de produção em 2016 e passou para 29,6% em 2017). O aumento da margem bruta de 2016 para 2017 ocorreu em função da receita líquida por tonelada vendida (16,8%) ter superado os maiores custos de matéria prima.

Na Operação de Negócio América do Norte, o custo das vendas de 2017 foi 2,1% superior na comparação com 2016 devido aos maiores volumes vendidos (5,8%) e ao aumento das matérias-primas (custo de metálicos representava 46,9% do custo de produção em 2016 e passou para 55,1% em 2017), apesar do impacto da variação cambial (8,3% de apreciação da cotação média do real frente ao dólar norte-americano). A redução da margem bruta se deu pela alta competição no mercado doméstico, onde o aumento da receita líquida em dólares não acompanhou o aumento dos custos.

Na Operação de Negócio América do Sul, o custo das vendas em 2017 em relação a 2016 apresentou uma redução de 14,1% devido, principalmente, à desconsolidação da operação da Colômbia. A redução da margem bruta ocorreu devido à pior performance nas operações da Argentina e da Venezuela.

Na Operação de Negócio Aços Especiais, a redução de 15% no custo das vendas em 2017 em relação a 2016 ocorreu, principalmente, pela alienação das unidades da Espanha. O aumento da margem bruta de 2017 quando comparada com 2016 ocorreu pelo melhor desempenho das unidades nos Estados Unidos e Brasil, além da alienação das unidades da Espanha, as quais apresentavam a menor rentabilidade dessa ON.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Receita, custo e margem		Exercício de 2017	Exercício de 2016	Variação 2017/2016
Brasil	Receita líquida (R\$ milhões)	12.563	11.635	8,0%
	Custo das vendas (R\$ milhões)	(10.996)	(10.405)	5,7%
	Lucro bruto (R\$ milhões)	1.566	1.230	27,3%
	Margem bruta (%)	12,5%	10,6%	
América do Norte	Receita líquida (R\$ milhões)	15.433	15.431	0,0%
	Custo das vendas (R\$ milhões)	(14.826)	(14.515)	2,1%
	Lucro bruto (R\$ milhões)	610	916	-33,4%
	Margem bruta (%)	4,0%	5,9%	
América Latina	Receita líquida (R\$ milhões)	4.026	4.776	-15,7%
	Custo das vendas (R\$ milhões)	(3.523)	(4.103)	-14,1%
	Lucro bruto (R\$ milhões)	502	673	-25,4%
	Margem bruta (%)	12,5%	14,1%	
Aços Especiais	Receita líquida (R\$ milhões)	6.229	6.885	-9,5%
	Custo das vendas (R\$ milhões)	(5.301)	(6.239)	-15,0%
	Lucro bruto (R\$ milhões)	927	646	43,5%
	Margem bruta (%)	14,9%	9,4%	
Eliminações e ajustes	Receita líquida (R\$ milhões)	(1.333)	(1.075)	
	Custo das vendas (R\$ milhões)	1.332	1.074	
	Lucro bruto (R\$ milhões)	(1)	(1)	
Consolidado	Receita líquida (R\$ milhões)	36.918	37.652	-1,9%
	Custo das vendas (R\$ milhões)	(33.313)	(34.188)	-2,6%
	Lucro bruto (R\$ milhões)	3.605	3.464	4,1%
	Margem bruta (%)	9,8%	9,2%	

EBITDA

O EBITDA consolidado ajustado apresentou aumento no ano de 2017 (+6,7%), se comparado com o ano de 2016, em virtude do maior lucro bruto (+4,1%) e da redução de 26,1% nas despesas com vendas, gerais e administrativas (R\$ 584,6 milhões). A forte redução destas despesas foi a principal responsável para o aumento da margem EBITDA, que passou de 10,8% em 2016 para 11,7% em 2017.

Na Operação de Negócio Brasil, que representou 44,5% do EBITDA consolidado ajustado de 2017, o EBITDA apresentou um aumento (+28,4%) superior à evolução do lucro bruto (+27,4), em função da redução de 20,5% nas despesas com vendas, gerais e administrativas. Essas menores despesas operacionais ocasionaram a melhora da margem EBITDA. Na Operação de Negócio América do Norte que contribuiu com 18,4% do EBITDA consolidado ajustado, a redução no EBITDA e na margem EBITDA ajustados no exercício ocorreu em função da piora do lucro bruto, suavizado pela redução de 26,8% nas despesas com vendas, gerais e administrativas. Na Operação de Negócio América do Sul, que representou 13,1% do EBITDA consolidado ajustado de 2017, o EBITDA e a margem EBITDA ajustados apresentaram redução em relação ao lucro bruto e a margem bruta, devido à pior performance nas operações da Argentina e da Venezuela. Na Operação de Negócio Aços Especiais, que representou 26,4% do EBITDA consolidado ajustado, o aumento do EBITDA e da margem EBITDA ajustados de 2017 em relação a 2016 acompanharam o comportamento do lucro bruto e da margem bruta. Cabe destacar a redução de 41,5% nas despesas com vendas gerais e administrativas desta Operação de Negócio.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

EBITDA ajustado por Operação de Negócio ¹		Exercício de 2017	Exercício de 2016	Variação 2017/2016
Brasil	EBITDA ajustado (R\$ milhões)	1.925	1.499	28,4%
	Margem EBITDA ajustada (%)	15,3%	12,9%	
América do Norte	EBITDA ajustado (R\$ milhões)	797	1.102	-27,7%
	Margem EBITDA ajustada (%)	5,2%	7,1%	
América do Sul	EBITDA ajustado (R\$ milhões)	567	722	-21,5%
	Margem EBITDA ajustada (%)	14,1%	15,1%	
Aços Especiais	EBITDA ajustado (R\$ milhões)	1.139	905	25,9%
	Margem EBITDA ajustada (%)	18,3%	13,1%	
Eliminações e ajustes	EBITDA ajustado (R\$ milhões)	(107)	(179)	
Consolidado	EBITDA ajustado (R\$ milhões)	4.321	4.049	6,7%
	Margem EBITDA ajustada (%)	11,7%	10,8%	

¹ EBITDA ajustado = EBITDA da Instrução CVM nº 527 - resultado de equivalência patrimonial + EBITDA proporcional de empresas associadas e com controle compartilhado + perdas pela não recuperabilidade de ativos.

Obs.: O EBITDA (LAJIDA - lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortizações) não é uma medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como uma alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Custo das Vendas e Margem Bruta

No exercício de 2016, o custo das vendas apresentou uma redução de 13,0% em relação a 2015, em função, principalmente, da queda de 8,3% nos volumes vendidos, além dos menores custos de matéria-prima. A margem bruta apresentou leve redução de 9,8% em 2015 para 9,2% em 2016 devido ao pior desempenho das ONs América do Norte e Brasil, parcialmente compensado pela ON Aços Especiais.

Na Operação de Negócio Brasil, o custo das vendas em 2016 quando comparado com 2015, apresentou redução de 9,0%, principalmente, em função dos menores volumes vendidos (- 6,0%). A maior queda da receita líquida (-10,3%) em relação ao custo das vendas (-9,0%) ocasionou a redução na margem bruta, que passou de 11,9% em 2015 para 10,6% em 2016.

Na Operação de Negócio América do Norte, o custo das vendas de 2016 foi 8,1% inferior ao de 2015 devido aos menores volumes vendidos (-4,3%) e a redução nos preços da sucata consumida. A redução da receita líquida (-10,9%) em maior grau em relação a queda no custo das vendas (-8,1%) resultou em uma menor margem bruta, passando de 8,7% em 2015 para 5,9% em 2016.

Na Operação de Negócio América do Sul, o custo das vendas em 2016 em relação a 2015 apresentou uma redução de 14,5% em função dos menores volumes vendidos (-6,0%), da redução do custo das matérias primas, além do efeito cambial. A melhora da margem bruta, que passou de 12,4% em 2015 para 14,1% em 2016, ocorreu devido a redução do custo das vendas ter sido superior à queda da receita líquida (-12,8%).

Na Operação de Negócio Aços Especiais, a redução de 25,1% no custo das vendas ocorreu pela alienação das unidades da Espanha e redução de volumes nas unidades do Brasil. As unidades da Espanha apresentavam a menor rentabilidade desta ON, com isso, houve uma melhora na margem bruta, que passou de 6,2% em 2015 para 9,4% em 2016. Adicionalmente, houve uma melhora no desempenho nas unidades dos Estados Unidos e Índia.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Receita, custo e margem		Exercício de 2016	Exercício de 2015	Variação 2016/2015
Brasil	Receita líquida (R\$ milhões)	11.635	12.977	-10,3%
	Custo das vendas (R\$ milhões)	(10.405)	(11.433)	-9,0%
	Lucro bruto (R\$ milhões)	1.230	1.544	-20,3%
	Margem bruta (%)	10,6%	11,9%	
América do Norte	Receita líquida (R\$ milhões)	15.431	17.312	-10,9%
	Custo das vendas (R\$ milhões)	(14.515)	(15.800)	-8,1%
	Lucro bruto (R\$ milhões)	916	1.512	-39,4%
	Margem bruta (%)	5,9%	8,7%	
América Latina	Receita líquida (R\$ milhões)	4.776	5.477	-12,8%
	Custo das vendas (R\$ milhões)	(4.103)	(4.800)	-14,5%
	Lucro bruto (R\$ milhões)	673	677	-0,6%
	Margem bruta (%)	14,1%	12,4%	
Aços Especiais	Receita líquida (R\$ milhões)	6.885	8.882	-22,5%
	Custo das vendas (R\$ milhões)	(6.239)	(8.333)	-25,1%
	Lucro bruto (R\$ milhões)	646	549	17,7%
	Margem bruta (%)	9,4%	6,2%	
Eliminações e ajustes	Receita líquida (R\$ milhões)	(1.075)	(1.067)	
	Custo das vendas (R\$ milhões)	1.074	1.076	
	Lucro bruto (R\$ milhões)	(1)	9	
Consolidado	Receita líquida (R\$ milhões)	37.652	43.581	-13,6%
	Custo das vendas (R\$ milhões)	(34.188)	(39.290)	-13,0%
	Lucro bruto (R\$ milhões)	3.464	4.291	-19,3%
	Margem bruta (%)	9,2%	9,8%	

EBITDA

O EBITDA consolidado ajustado apresentou redução no ano de 2016 (-10,0%), se comparados com o ano de 2015, em virtude do menor lucro bruto (-19,3%), parcialmente compensado pela redução de 13,3% nas despesas com vendas, gerais e administrativas (R\$ 343,5 milhões). A forte redução destas despesas foi a principal responsável para o aumento da margem EBITDA, que passou de 10,3% em 2015 para 10,8% em 2016.

Na Operação de Negócio Brasil, que representou 37,0% do EBITDA consolidado ajustado de 2016, houve redução devido ao menor lucro bruto, suavizada pela redução de 17,4% nas despesas com vendas, gerais e administrativas. Essas menores despesas operacionais ocasionaram a estabilidade da margem EBITDA. Na Operação de Negócio América do Norte que contribuiu com 27,2% do EBITDA consolidado ajustado, a redução no EBITDA e na margem EBITDA ajustados no exercício ocorreu em função da piora do lucro bruto, suavizado pelas menores despesas com vendas, gerais e administrativas e pelo maior EBITDA proporcional das empresas coligadas e com controle conjunto. Na Operação de Negócio América do Sul, que representou 17,8% do EBITDA consolidado ajustado de 2016, o EBITDA e a margem EBITDA ajustados apresentaram aumento em relação ao lucro bruto e a margem bruta, devido à redução de 19,3% nas despesas com vendas, gerais e administrativas em relação ao exercício de 2015. Na Operação de Negócio Aços Especiais, que representou 22,4% do EBITDA consolidado ajustado, o aumento do EBITDA e da margem EBITDA ajustados de 2016 em relação a 2015 acompanharam o comportamento do lucro bruto e da margem bruta.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

EBITDA ajustado por Operação de Negócio ¹		Exercício de 2016	Exercício de 2015	Variação 2016/2015
Brasil	EBITDA ajustado (R\$ milhões)	1.499	1.656	-9,5%
	Margem EBITDA ajustada (%)	12,9%	12,8%	
América do Norte	EBITDA ajustado (R\$ milhões)	1.102	1.540	-28,4%
	Margem EBITDA ajustada (%)	7,1%	8,9%	
América do Sul	EBITDA ajustado (R\$ milhões)	722	637	13,3%
	Margem EBITDA ajustada (%)	15,1%	11,6%	
Aços Especiais	EBITDA ajustado (R\$ milhões)	905	850	6,5%
	Margem EBITDA ajustada (%)	13,1%	9,6%	
Eliminações e ajustes	EBITDA ajustado (R\$ milhões)	(179)	(182)	
Consolidado	EBITDA ajustado (R\$ milhões)	4.049	4.501	-10,0%
	Margem EBITDA ajustada (%)	10,8%	10,3%	

¹ EBITDA ajustado = EBITDA da Instrução CVM nº 527 - resultado de equivalência patrimonial + EBITDA proporcional de empresas associadas e com controle compartilhado + perdas pela não recuperabilidade de ativos.

Obs.: O EBITDA (LAJIDA - lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortizações) não é uma medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como uma alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez.

B. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

Os resultados operacionais da Companhia são impactados pelas variações cambiais entre o real, moeda funcional e de apresentação das Demonstrações Financeiras da Companhia e as moedas dos países onde opera.

Em 2017, a receita líquida consolidada atingiu R\$ 36.918 milhões, uma redução de 2,0% em relação à 2016, em função dos menores volumes vendidos (-4,0%).

Em 2016, a receita líquida consolidada atingiu R\$ 37.652 milhões, uma redução de 13,6% em relação a 2015, em função das menores vendas em todas as operações de negócio e da menor receita líquida por tonelada vendida, principalmente, na operação de negócio América do Norte (-6,9%).

Em 2015, a receita líquida consolidada atingiu R\$ 43.581 milhões, 2,4% superior à do exercício de 2014, em função, basicamente, do efeito da variação cambial na tradução destes valores das empresas do exterior para o real, principalmente em relação ao dólar norte-americano (41,8% de depreciação da cotação média do real frente ao dólar norte-americano).

Demais impactos na receita líquida da Companhia, em função de alterações de preços e volumes, nos períodos analisados, estão descritos no item 10.2 letra A desta Formulário de Referência.

C. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante:

A sucata de aço é o principal insumo metálico para as *mini-mills* (usinas semi-integradas) da Companhia, usinas estas que correspondiam a 77,0% da capacidade total de aço bruto em 2017. Apesar de os preços internacionais da sucata de aço serem determinados essencialmente pelos preços da sucata nos Estados Unidos, principal exportador mundial, os preços da sucata no mercado brasileiro são estabelecidos pela oferta e demanda internas. O preço da sucata de aço no Brasil varia de região para região e reflete a demanda e os custos de transporte. Se os preços dos produtos de aço acabado não acompanharem os aumentos de preço da sucata de aço, os lucros e as margens da Companhia poderão ser reduzidos. Um aumento nos preços da

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

sucata de aço ou a escassez na oferta para as unidades da Companhia afetariam os custos de produção e potencialmente reduziriam as margens operacionais.

No exercício de 2017, o custo das vendas apresentou uma redução de 2,6% em relação a 2016, em função, da alienação das unidades da Espanha e da Colômbia. A margem bruta apresentou leve aumento de 9,2% em 2016 para 9,8% em 2017 devido ao melhor desempenho das ONs Brasil e Aços Especiais ter compensado as piores performances das ONs América do Norte e América do Sul.

No exercício de 2016, o custo das vendas apresentou uma redução de 13,0% em relação a 2015, em função, principalmente, da queda de 8,3% nos volumes vendidos, além dos menores custos de matéria-prima. A margem bruta apresentou leve redução de 9,8% em 2015 para 9,2% em 2016 devido ao pior desempenho das ONs América do Norte e Brasil, parcialmente compensado pela ON Aços Especiais.

No exercício de 2015, o custo das vendas consolidado apresentou um aumento de 5,0% em relação a 2014, em função, principalmente, do efeito da variação cambial na tradução do custo das vendas das empresas do exterior para o real (41,8% de depreciação da cotação média do real frente ao dólar norte-americano em 2015). Excluindo o efeito cambial, o custo das vendas teria apresentado queda de 7,0%, principalmente, pelos menores volumes vendidos (-5,0%). A margem bruta apresentou redução de 12,1% em 2014 para 9,8% em 2015 em função, principalmente, dos menores volumes de vendas no mercado doméstico brasileiro, tanto na Operação de Negócio Brasil quanto na Operação de Negócio Aços Especiais, ainda que a Operação de Negócio América do Norte tenha apresentado evolução no lucro bruto e na margem bruta.

Como parte da dívida consolidada é contratada em moeda estrangeira a partir das empresas do Brasil, qualquer flutuação cambial pode impactar o resultado financeiro da Companhia. Com base em normas do IFRS, a Companhia tem designado a maior parte das dívidas em moeda estrangeira contratadas pelas empresas no Brasil como *hedge* de parte dos investimentos em controladas no exterior. Como consequência, o efeito da variação cambial dessas dívidas tem sido reconhecido integralmente no patrimônio líquido, enquanto que o efeito fiscal (imposto de renda e contribuição social) é reconhecido no resultado. A partir do segundo trimestre de 2012, com o objetivo de neutralizar a volatilidade no lucro líquido, uma vez que o imposto de renda incide sobre o total da variação cambial das dívidas a partir do Brasil, a Companhia optou por alterar o valor da designação do *hedge* dessas dívidas. Desta forma, em 2017, a variação cambial sobre o montante de US\$ 2,7 bilhões (US\$ 2,5 bilhões referente ao *Ten/Thirty Years Bonds*, mais US\$ 0,2 bilhão referente a outras operações de financiamentos) foi reconhecida no patrimônio líquido, enquanto que a variação cambial sobre a parcela de US\$ 1,0 bilhão foi reconhecida no resultado financeiro e teve seu efeito neutralizado na linha de "Imposto de renda".

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3. OS DIRETORES DEVEM COMENTAR OS EFEITOS RELEVANTES QUE OS EVENTOS ABAIXO TENHAM CAUSADO OU SE ESPERA QUE VENHAM A CAUSAR NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EMISSOR E EM SEUS RESULTADOS:

A. Introdução ou alienação de segmento operacional:

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional relevante.

B. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária:

A tabela abaixo apresenta as aquisições e alienações de participações societárias realizadas durante os três últimos exercícios sociais:

Aquisições e alienações do exercício	Participação Adquirida	País	Segmento de Negócio	Conclusão	Valor R\$ milhões	Sociedades Envolvidas
Aquisição de participação na Armacero Industrial y Comercial S.A.	50,00%	Chile	América do Sul	Mar/15	4	Armacero Industrial y Comercial S.A. e Gerdau S.A.
Aquisição pela Gerdau S.A. de participações em empresas controladas operativas	-	Brasil	Brasil	Jul/15	1.986	Gerdau S.A., Gerdau Aços Longos S.A. (4,77%), Gerdau Aços Especiais S.A. (2,39%) e Gerdau Açominas S.A. (3,50%) e Gerdau América Latina Participações S.A. (4,90%).
Alienação da Gerdau Holdings Europa S.A.	100,00%	Espanha	Aços Especiais	Mai/16	621	Gerdau S.A. e Clerbil SL
Alienação de participação na Corporación Centroamericana del Acero S.A	30,00%	Guatemala	América do Sul	Nov/16	223	Gerdau S.A. e Corporación Centroamericana del Acero S.A
Alienação da Cleary Holdings Corp	100,00%	Colômbia	Brasil	Dez/16	103	Gerdau S.A. e Trinity Capital S.A.S.
Integralização do capital social na Gerdau Summit Aços Fundidos e Forjados S.A.	58,73%	Brasil	Aços Especiais	Jan/17	-	Gerdau S.A. e Sumitomo Corporation e The Japan Steel Works, Ltd.
Alienação de participação na Diaco S.A.	50,00%	Colômbia	América do Sul	Jun/17	546	Gerdau S.A. e Putney Capital Management
Alienação da operação no Chile	100,00%	Chile	América do Sul	Out/17	509	Gerdau S.A. e Matco e Ingeniería e Inversiones
Alienação de usinas produtoras de vergalhão	100,00%	Estados Unidos	América do Norte	Dez/17	1.985	Gerdau S.A. e Commercial Metals

Em maio de 2015, a Companhia adquiriu a participação remanescente de 50% da sua até então coligada Armacero Industrial y Comercial S.A. (Armacero) por 4.064 milhões de pesos chilenos (equivalente a R\$ 20.929 na data de aquisição). A Armacero é uma empresa comercializadora, distribuidora, importadora e exportadora de ferro e aço localizada na cidade de Santiago, no Chile. O valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição do controle são substancialmente próximos ao valor de livros.

Em julho de 2015, com o objetivo de viabilizar a simplificação e unificar as participações societárias de controladas do Brasil, o Conselho de Administração da Gerdau S.A. aprovou a aquisição das participações minoritárias a seguir descritas, nas seguintes sociedades: Gerdau Aços Longos S.A. (4,77%), Gerdau Açominas S.A. (3,50%), Gerdau Aços Especiais S.A. (2,39%) e Gerdau América Latina Participações S.A. (4,90%), tendo como contrapartes Itaú Unibanco S.A. ("Itaú") e ArcelorMittal Netherlands BV ("Arcelor"). Essas aquisições de participações acionárias, no valor total de R\$ 1.986 milhões, permitirão a controlada Gerdau S.A. deter mais de 99% do capital total de cada uma das controladas.

Em atendimento ao disposto no Ofício nº 084/2016-CVM/SEP/GEA-4, a Companhia apresenta detalhamento das informações relativas às aquisições. Cumpre salientar que, conforme já manifestado em oportunidades anteriores, a avaliação e posterior aprovação dessas aquisições foi realizada em conjunto e como um todo, considerando o preço pago pelo somatório do valor das aquisições e o momento oportuno de efetivá-las.

Neste sentido, esclarece que o pagamento devido ao Itaú corresponde a seguinte forma: (a) parcela à vista, no valor R\$ 250.000.000,00, com recursos imediatamente disponíveis; (b) permuta de cota de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados, constituído e devidamente autorizado pela Comissão de Valores Mobiliários para funcionamento ("FIDC NP Barzel"), cuja carteira detém apenas um único tipo de direito creditório de titularidade da Companhia decorrentes de ações judiciais que tenham por objeto a cobrança das diferenças de correção monetária de principal, juros remuneratórios, moratórios e demais verbas acessórias devidas pela Eletrobrás, pelo valor de R\$ 802.329.988,83, conforme descrito na Nota nº 21 das Demonstrações Financeiras da Companhia de 31/12/2015; e (c) pagamentos parcelados no valor total de R\$ 638.835.706,47. O pagamento devido à Arcelor corresponde a seguinte forma: (a) parcela à vista, no valor R\$ 89.180.000,00 em dinheiro à vista; e (b) cessão e transferência de 30 milhões de ações preferenciais da Gerdau S.A. (GGBR4), mantidas em tesouraria, no valor de R\$ 205.800.000,00.

A quantidade e percentual de ações de cada Sociedade objeto das aquisições, dividida por vendedor, consta dos quadros abaixo:

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**Itaú**

Companhia	Quantidade de Ações Adquiridas	Percentual do Capital Social da Controlada adquirido
Gerdau Açominas S.A.	5.648.201	2,24%
Gerdau Aços Longos S.A.	6.138.085	3,06%
Gerdau Aços Especiais S.A.	5.648.201	1,53%
Gerdau América Latina Participações S.A.	5.648.201	3,14%

Arcelor

Companhia	Quantidade de Ações Adquiridas	Percentual do Capital Social da Controlada adquirido
Gerdau Açominas S.A.	3.157.259	1,25%
Gerdau Aços Longos S.A.	3.431.097	1,71%
Gerdau Aços Especiais S.A.	3.157.259	0,86%
Gerdau América Latina Participações S.A.	3.157.259	1,76%

No que diz respeito ao preço pago por cada ação das empresas adquiridas, cabe esclarecer que as duas negociações tiveram dinâmicas próprias, e o preço de aquisição foi negociado pelo lote de participações nas companhias em conjunto e não por participações individuais. Como a Companhia deve individualizar em sua contabilidade o valor atribuído para cada uma das aquisições, para fins do desdobramento dos respectivos custos de aquisição, a Companhia utilizou a proporcionalização dos valores patrimoniais de cada uma das investidas como parâmetro para definição do valor implícito, informado nas tabelas abaixo:

Itaú

Companhia	Número de ações	Valor Implícito Total	Preço por ação
Gerdau Açominas S.A.	5.648.201	R\$ 416.147.913,61	R\$ 73,68
Gerdau Aços Longos S.A.	6.138.085	R\$ 899.767.327,60	R\$ 146,59
Gerdau Aços Especiais S.A.	5.648.201	R\$ 135.683.093,33	R\$ 24,02
Gerdau América Latina Participações S.A.	5.648.201	R\$ 239.567.360,76	R\$ 42,41

Arcelor

Companhia	Número de ações	Valor Implícito Total	Preço por ação
Gerdau Açominas S.A.	3.157.259	R\$ 72.586.209,14	R\$ 22,99
Gerdau Aços Longos S.A.	3.431.097	R\$ 156.941.082,70	R\$ 45,74
Gerdau Aços Especiais S.A.	3.157.259	R\$ 23.666.396,17	R\$ 7,50
Gerdau América Latina Participações S.A.	3.157.259	R\$ 41.786.311,99	R\$ 13,23

Com relação aos objetivos e aos efeitos econômicos esperados da operação, considerando inclusive os valores pagos, a Companhia esclarece que a operação viabiliza a simplificação e unificação das participações societárias nas companhias operacionais fechadas do Brasil na Gerdau S.A., com vistas à possível transformação dessas companhias, no futuro, em subsidiárias integrais e/ou à sua incorporação.

Adicionalmente, consolida o recebimento de dividendos; e proporciona maior facilidade de acesso ao mercado de capitais.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

A operação foi aprovada considerando a oportunidade de mercado e que os objetivos acima expostos seriam viáveis, tendo em vista os preços pagos. Na avaliação da adequação dos preços, foram consideradas avaliações econômicas realizadas através de laudo independente, os instrumentos financeiros utilizados, os prazos de pagamento, a captura de valor através de um fluxo de caixa mais concentrado e a visão de longo prazo para a Companhia.

Como já informado pela Companhia à CVM, o Itaú tinha opção em face da Indac - Indústria, Administração e Comércio S.A. ("Indac"), controladora da Metalúrgica Gerdau S.A. ("Metalúrgica Gerdau"), para vender participações por determinado preço. A Metalúrgica Gerdau era garantidora da Indac em tal opção. A Gerdau não estava vinculada a tais contratos, e realizou a operação por considerar que atendia o interesse da Companhia.

Em maio de 2016, a Companhia concluiu a venda da sua empresa produtora de aços especiais Gerdau Holdings Europa S.A. na Espanha para a Clerbil SL, grupo de investimento com experiência internacional, formado por executivos locais da Companhia. O valor econômico da transação foi de € 155 milhões (equivalente a R\$ 621 milhões) e o contrato de venda também estabelece a possibilidade de receber até € 45 milhões (equivalente a R\$ 180 milhões) adicionais ao final de cinco anos, a depender do desempenho futuro do negócio. Como resultado da operação, a Companhia possui valores a receber no montante de € 32,5 milhões (equivalentes a R\$ 112 milhões) em 31/12/2016 e reconheceu uma despesa de R\$ 105 milhões na linha de Resultado em operações com entidades controladas e coligada em sua Demonstração dos Resultados.

No quarto trimestre de 2016, a Companhia efetuou a venda da sua participação na empresa coligada Corporación Centroamericana del Acero S.A. na Guatemala para os atuais acionistas controladores desta empresa pelo valor de US\$ 70 milhões (equivalentes a R\$ 222,7 milhões na data da venda) e da sua controlada Cleary Holdings Corp produtora de coque e detentora de reservas de carvão coqueificável na Colômbia para a Trinity Capital S.A.S., em conjunto com executivos locais, pelo valor de US\$ 30,2 milhões (equivalentes a R\$ 102,6 milhões na data da venda). Como resultado destas operações, a Companhia possui valores a receber no montante de US\$ 79 milhões (equivalentes a R\$ 257 milhões) em 31/12/2016 e reconheceu um ganho de R\$ 47 milhões na linha de Resultado em operações com entidades controladas e coligada em sua Demonstração dos Resultados.

Em 05/01/2017, a Gerdau S.A. efetuou integralização de capital social na Gerdau Summit Aços Fundidos e Forjados S.A. (anteriormente denominada Gerdau Aços Forjados S.A.) através da contribuição de alguns de seus ativos e passivos, os quais foram avaliados por empresa de avaliação independente especializada. Em 31/01/2017 foi realizada Assembléia Geral Extraordinária da Gerdau Summit Aços Fundidos e Forjados S.A., onde Sumitomo Corporation e The Japan Steel Works, Ltd. subscreveram capital social nesta empresa, sendo também assinado acordo de acionistas entre os sócios. Desta forma, a Gerdau Summit Aços Fundidos e Forjados S.A. passou a ter tratamento contábil de empresa com controle conjunto nas Demonstrações Financeiras da Gerdau S.A., com uma participação de 58,73%, não tendo impacto significativo nos Ativos totais da Companhia.

Em 30/06/2017, a Companhia concluiu a operação de criação de uma empresa com controle em conjunto, a partir da venda de 50% de sua participação na Diaco S.A., na Colômbia, para a Putney Capital Management, que já é sócia em sua operação na República Dominicana. Os ativos da nova empresa são unidades industriais de aços longos da Gerdau na Colômbia, com capacidade anual instalada de aço de 674 mil toneladas. A transação atribuiu à empresa com controle em conjunto o valor econômico de US\$ 165 milhões (equivalentes a R\$ 546 milhões). Esse movimento está alinhado ao processo de otimização de ativos da Companhia, com foco em rentabilidade e na redução de sua alavancagem financeira e permitiu a Companhia reduzir seus níveis de endividamento e capital de giro em montantes de R\$ 226 milhões e R\$ 175 milhões, respectivamente. Desta forma, a Diaco S.A. passou a ter tratamento contábil de empresa com controle em conjunto nas Demonstrações Financeiras da Gerdau S.A., com uma participação de 49,87%.

Em 04/10/2017, a Companhia assinou contrato para venda de 100% de sua operação no Chile para os grupos familiares chilenos Matco e Ingeniería e Inversiones. Os ativos incluídos

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

na venda são unidades industriais de aços longos, com capacidade anual instalada de aço de 520 mil toneladas, e apresentados dentro do segmento América do Sul. O valor econômico da transação corresponde a US\$ 154 milhões (equivalentes a R\$ 509 milhões). A conclusão da transação ainda depende da aprovação do órgão de defesa de concorrência chileno, a qual deverá ocorrer em 2018. Esse movimento está alinhado ao processo de otimização de ativos da Companhia, com foco em rentabilidade e na redução de sua alavancagem financeira. A Companhia passou a apresentar os saldos ativos e passivos destas unidades separadamente das demais operações, em linhas específicas do balanço patrimonial de ativos mantidos para venda e passivos mantidos para venda.

Em 29/12/2017, a Companhia firmou um acordo definitivo de venda de algumas das usinas produtoras de vergalhão, assim como unidades de corte e dobra de aço e centros de distribuição nos Estados Unidos para a Commercial Metals por US\$ 600 milhões (equivalentes a R\$ 1.985 milhões), sujeitos a ajustes habituais no valor de aquisição. O acordo inclui as usinas de Jacksonville (Flórida), Knoxville (Tennessee), Rancho Cucamonga (Califórnia) e Sayreville (New Jersey), com uma capacidade de produção combinada de 2,5 milhões de toneladas curtas por ano, além de unidades de beneficiamento de vergalhões e distribuição nos Estados Unidos, apresentados dentro do segmento América do Norte. A transação está sujeita à autorização dos órgãos reguladores e às condições habituais de fechamento, a qual deverá ocorrer antes do final do ano de 2018. Esta transação representa um marco na estratégia da Companhia para reduzir seu endividamento e focar em oportunidades com maior retorno nos mercados em que atua. A Companhia passou a apresentar os saldos ativos e passivos destas unidades separadamente das demais operações, em linhas específicas do balanço patrimonial de ativos mantidos para venda e passivos mantidos para venda. Adicionalmente, em virtude da mensuração do ativo líquido classificado como mantido para venda pelo menor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda, a Companhia reconheceu uma despesa líquida de imposto de renda de R\$ 649,2 milhões na linha de Resultado em operações com entidades controladas e coligada em sua Demonstração dos Resultados.

Em 08/01/2018, o Conselho de Administração da Companhia deliberou autorizar a aquisição de ações de sua própria emissão, em um prazo de até 3 meses contados a partir da data de autorização, de até 10.000.000 ações preferenciais (GGBR4) ou American Depositary Receipts – ADRs (GGB). Esta autorização tem o objetivo de atender aos Programas de Incentivo de Longo Prazo da Companhia e suas subsidiárias, permanência em tesouraria, cancelamento ou posterior alienação no mercado. As aquisições serão suportadas por reservas de lucros existentes, cabendo à Diretoria fixar as quantidades de ações e a oportunidade de cada operação. Em 17/01/2018 o programa de recompra de ações foi concluído.

Em 14/02/2018, a Companhia comunicou a venda de suas duas usinas hidrelétricas em Goiás, por R\$ 835 milhões, para Kinross Brasil Mineração, subsidiária integral da mineradora Kinross Gold Corporation. As usinas Caçu e Barra dos Coqueiros, inauguradas em 2010, têm capacidade instalada total de 155 MW. A transação está sujeita à autorização dos órgãos reguladores e às condições habituais de fechamento.

Em 26/02/2018, a Diretoria efetuou proposta relativa à dividendo por conta de reservas de lucros pré-existentes, que serão calculados e creditados sobre as posições detidas pelos acionistas em 09/03/2018, no montante de R\$ 51,0 milhões (R\$ 0,03 por ação ordinária e preferencial), com pagamento previsto para 21/03/2018, e foi submetida e aprovada pelo Conselho de Administração em 27/02/2018.

Em 30/03/2018, a Companhia concluiu a venda da sua usina produtora de fio-máquina localizada em Beaumont, Texas, e as unidades de processamento, Beaumont Wire Products e Carrollton Wire Products para a Optimus Steel LLC por US\$ 99,5 milhões (equivalente a R\$ 330,7 milhões). A usina tem uma aciaria com capacidade de produzir aproximadamente 700 mil toneladas curtas de aço por ano, e é capaz de laminar fio-máquina e vergalhão em rolo.

Em 11/04/2018, a Companhia informou que, juntamente com Votorantim Cimentos e Grupo Tigre, foi criada uma nova empresa para gerir e promover um programa de fidelidade para o mercado de varejo da construção civil no Brasil, o Juntos Somos +. A iniciativa funciona como um programa de benefícios para as lojas e os respectivos vendedores, com o objetivo de aprimorar o atendimento aos clientes finais e aos profissionais da obra, onde a cada venda de produtos das empresas participantes do programa (aço, cimento, argamassa e rejantes, tubos e

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

conexões, etc) serão gerados pontos, que poderão ser trocados por bens ou serviços pelos proprietários de loja, vendedores e balconistas, de acordo com os respectivos perfis de interesse e regulamento aplicável. Os pontos poderão ser trocados, por exemplo, por cursos profissionalizantes, treinamentos de gestão, bens e equipamentos, softwares de venda, entre outros. A Votorantim Cimentos, fundadora do programa em 2015, terá 45% de participação acionária, ao passo que Gerdau e Grupo Tigre terão 27,5% cada um. A operação da nova empresa está sujeita à aprovação do CADE.

As demais operações constantes na tabela acima, não produziram efeitos relevantes nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

C. Eventos ou operações não usuais:

Não ocorreram eventos ou operações não usuais que afetassem significativamente os negócios da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10.4. OS DIRETORES DEVEM COMENTAR:

A. Mudanças significativas nas práticas contábeis:

As Demonstrações Financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31/12/2017, 31/12/2016 e 31/12/2015 foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Para as Demonstrações Financeiras apresentadas em 2017, 2016 e 2015 a Companhia informa que não houve alterações de práticas contábeis relevantes. Com a adoção do CPC, as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) passaram a ser convergentes à norma contábil internacional, e dessa forma, não existe nenhuma diferença entre o Patrimônio Líquido e lucro líquido apresentados entre BRGAAP e IFRS.

Referente as Demonstrações Financeiras Consolidadas de 31/12/2015, em 14/07/2015, a Companhia divulgou fato relevante abordando mudanças na composição de seus segmentos, com alterações vigentes a partir da divulgação dos resultados do 3º trimestre de 2015, com o objetivo de obter maiores sinergias estratégicas e operacionais no atendimento aos mercados da América do Sul, da América do Norte e do Brasil: “(a) As operações no México e as Joint Ventures na República Dominicana, na Guatemala e no México passam a integrar a Operação de Negócio América do Norte, atualmente composta pelas operações de aços longos no Canadá e nos Estados Unidos; (b) É criada a Operação de Negócio América do Sul, que será integrada pelas operações de aços longos na Argentina, no Chile, na Colômbia, no Peru, na Venezuela e no Uruguai; (c) A operação de Minério de Ferro passa a integrar a Operação de Negócio Brasil, atualmente composta pelas operações de aços longos e planos no Brasil e de carvão e coque metalúrgico na Colômbia; (d) A Operação de Negócio Aços Especiais se mantém inalterada, integrando as operações de aços especiais no Brasil, na Espanha, nos Estados Unidos e na Índia.”

B. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis:

Para as Demonstrações Financeiras apresentadas em 2017, 2016 e 2015 a Companhia informa que não houveram alterações significativas de práticas contábeis.

C. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor:

A Companhia não possui ressalva ou ênfase em suas Demonstrações Financeiras Consolidadas de 31/12/2017 e 2016.

Referente as Demonstrações Financeiras Consolidadas de 31/12/2015, o Relatório dos Auditores Independentes apresentava a seguinte ênfase: “Conforme mencionado na nota explicativa n. 31 às demonstrações financeiras, encontra-se em curso investigação das autoridades competentes envolvendo a Companhia e suas controladas relacionada à operação “Zelotes”, bem como investigação sendo conduzida por assessores externos conforme deliberação do Conselho de Administração da Companhia. A referida nota explicativa descreve ainda não ser possível prever a duração e os resultados dessas investigações e que não há informações suficientes para avaliar quais as possíveis consequências decorrentes dessas investigações, incluindo a necessidade de reconhecimento de provisão e/ou divulgações adicionais, se houver. Nossa opinião não está modificada em relação a esse tema.”

Referente a ênfase mencionada acima referente as Demonstrações Financeiras Consolidadas de 31/12/2015, a Companhia comentou o seguinte: “O auditor faz referência ao evento descrito na nota explicativa n. 31 onde são detalhadas considerações a respeito do

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

envolvimento do nome da Gerdau na Operação Zelotes, devido a relevância do assunto e sem ressalvar sua opinião. A administração divulgou esclarecimentos a respeito dessa Operação em Comunicados ao mercado, bem como reiterou estes esclarecimentos no seu Relatório da Administração referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Com base nestas informações apresentadas e os detalhes constantes das notas explicativas 31 e 17 de suas demonstrações financeiras, a Administração entende que na data de aprovação das suas demonstrações financeiras não é possível prever sobre a duração ou o resultado da Operação da Polícia Federal ou de sua Investigação Interna. Adicionalmente, a Companhia acredita que até a data das Demonstrações Financeiras não existe informação suficiente para determinar se uma provisão para perdas é requerida ou divulgar qualquer contingência.”

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5. OS DIRETORES DEVEM INDICAR E COMENTAR POLÍTICAS CONTÁBEIS CRÍTICAS ADOADAS PELO EMISSOR, EXPLORANDO, EM ESPECIAL, ESTIMATIVAS CONTÁBEIS FEITAS PELA ADMINISTRAÇÃO SOBRE QUESTÕES INCERTAS E RELEVANTES PARA A DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS, QUE EXIJAM JULGAMENTOS SUBJETIVOS OU COMPLEXOS, TAIS COMO: PROVISÕES, CONTINGÊNCIAS, RECONHECIMENTO DA RECEITA, CRÉDITOS FISCAIS, ATIVOS DE LONGA DURAÇÃO, VIDA ÚTIL DE ATIVOS NÃO-CIRCULANTES, PLANOS DE PENSÃO, AJUSTES DE CONVERSÃO EM MOEDA ESTRANGEIRA, CUSTOS DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL, CRITÉRIOS PARA TESTE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS:

Na elaboração das Demonstrações Financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das Demonstrações Financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As Demonstrações Financeiras incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à seleção da vida útil do ativo imobilizado, estimativa do valor de recuperação de ativos de vida longa, provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas, determinações de provisões para imposto de renda, determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) e outras similares, estimativas referentes a seleção da taxa de juros, retorno esperado dos ativos, escolha da tábua de mortalidade e expectativa de aumento dos salários, e planos de incentivo de longo prazo através da seleção do modelo de avaliação e de taxas. O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas.

Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas na elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas

Práticas contábeis críticas são aquelas que são tanto (a) importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados das operações e (b) requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos. Na preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas, a Companhia adotou variáveis e premissas derivadas de experiência histórica e vários outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Ainda que estas estimativas e premissas sejam revistas pela Companhia no curso ordinário dos negócios, a demonstração da sua condição financeira e dos resultados das operações frequentemente requer o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões inerentemente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos. Os resultados reais podem ser distintos dos estimados sob variáveis, premissas ou condições diferentes. De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, incluímos comentários referentes a cada prática contábil crítica descrita a seguir:

- imposto de renda diferido;
- benefícios de pensão e pós-emprego;
- provisões;
- combinação de negócios, incluindo valorização de ativos adquiridos e passivos assumidos, e
- teste de recuperabilidade de ativos com vida útil definida e indefinida.

a) Imposto de renda diferido

O método do passivo (conforme o conceito descrito no IAS 12 - liability method) de contabilização do imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data das

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Demonstrações Financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar, e o montante a ser registrado, do ativo fiscal.

A realização dos ativos fiscais diferidos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social está suportada por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente aos órgãos da Administração das Companhias. Estes estudos consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e de suas controladas e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente provisão para passivos tributários, bem como sobre provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização.

b) Benefícios de pensão e pós-emprego

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no período em que eles ocorrem e são registrados na demonstração dos resultados abrangentes.

A Companhia reconhece sua obrigação com planos de benefícios a empregados e os custos relacionados, líquidos dos ativos do plano, adotando as seguintes práticas:

- i) O custo de pensão e de outros benefícios pós-emprego adquiridos pelos empregados é determinado atuarialmente usando o método da unidade de crédito projetada e a melhor estimativa da Administração da performance esperada dos investimentos do plano para fundos, crescimento salarial, idade de aposentadoria dos empregados e custos esperados com tratamento de saúde. A taxa de desconto usada para determinar a obrigação de benefícios futuros é uma estimativa da taxa de juros corrente na data do balanço, sobre investimentos de renda fixa de alta qualidade, com vencimentos que coincidem com os vencimentos esperados das obrigações;
- ii) Os ativos do plano de pensão são avaliados a valor justo;
- iii) Ganhos e perdas referentes a redução (curtailment) e liquidação (settlement) nos planos de benefícios definidos são reconhecidos quando a redução ou liquidação ocorre e são embasados em avaliação atuarial feita por atuários independentes.

Na contabilização dos benefícios de pensão e pós-emprego, são usadas várias estatísticas e outros fatores, na tentativa de antecipar futuros eventos, no cálculo da despesa e da obrigação relacionada com os planos. Esses fatores incluem premissas de taxa de desconto, retorno esperado dos ativos do plano, aumentos futuros do custo com tratamento de saúde e taxa de aumentos futuros de remuneração. Adicionalmente, consultores atuariais também usam fatores subjetivos, como taxas de desligamento, rotatividade e mortalidade para estimar estes fatores. As premissas atuariais usadas pela Companhia podem ser materialmente diferentes dos resultados reais devido a mudanças nas condições econômicas e de mercado, eventos regulatórios, decisões judiciais, taxas de desligamento maiores ou menores ou períodos de vida mais curtos ou longos dos participantes.

c) Provisões

A Companhia reconhece provisões para passivos e perdas prováveis incorridas quando tem obrigação presente como resultado de eventos passados, é provável que a Companhia seja obrigada a liquidar a obrigação e pode ser feita uma estimativa confiável do montante da obrigação. Se o efeito do desconto a valor presente for material, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos impostos que reflita, conforme o caso, os riscos específicos do passivo.

A Companhia registra provisão para potenciais passivos ambientais com base nas melhores estimativas de custos potenciais de limpeza e de reparação de áreas impactadas. A Companhia possui uma equipe de profissionais para gerenciar todas as fases de seus programas ambientais. Esses profissionais desenvolvem estimativas de passivos potenciais nestes locais

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

com base em custos de reparação projetados e conhecidos. Esta análise demanda da Companhia significativas estimativas e mudanças nos fatos e circunstâncias podem resultar em variações materiais na provisão ambiental.

A indústria siderúrgica usa e gera substâncias que podem causar danos ambientais. A Administração da Companhia realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra como passivo circulante e passivo não-circulante na conta "Provisão para passivos ambientais", com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para investigação, tratamento e limpeza das localidades potencialmente impactadas. A Companhia utilizou premissas e estimativas para determinar os montantes envolvidos, que podem variar no futuro, em decorrência da finalização da investigação e determinação do real impacto ambiental.

A Companhia e suas controladas entendem estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis nos países nos quais conduzem operações.

d) Combinação de negócios, incluindo valorização de ativos adquiridos e passivos assumidos

Durante os últimos anos a Companhia realizou algumas combinações de negócios. De acordo com o IFRS 3, aplicado para as aquisições ocorridas após a data de transição para o IFRS, a Companhia deve alocar o custo da entidade adquirida aos ativos adquiridos e passivos assumidos, baseado nos seus valores justos estimados na data de aquisição. Qualquer diferença entre o custo da entidade adquirida e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos é registrada como ágio. A Companhia exerce julgamentos significativos no processo de identificação de ativos e passivos tangíveis e intangíveis, avaliando tais ativos e passivos e na determinação da sua vida útil remanescente. A avaliação destes ativos e passivos é baseada em premissas e critérios que, em alguns casos, incluem estimativas de fluxos de caixa futuro descontados pelas taxas apropriadas. O uso das premissas utilizadas para avaliação inclui estimativa de fluxo de caixa descontado ou taxas de desconto e podem resultar em valores estimados diferentes dos ativos adquiridos e passivos assumidos.

A Companhia não acredita que exista uma probabilidade razoável de existir uma alteração material nas estimativas futuras ou premissas adotadas para completar o preço de compra alocado e a estimativa de valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos. Entretanto, se os valores reais não forem consistentes com as estimativas e premissas consideradas, a Companhia pode estar exposta a perdas que podem ser materiais.

Aquisições nas quais o controle é obtido em etapas

Quando uma combinação de negócios é realizada em etapas, a participação anteriormente detida pela Companhia na adquirida é remensurada pelo valor justo na data de aquisição (ou seja, na data em que a Companhia adquire o controle) e o correspondente ganho ou perda, se houver, é reconhecido no resultado. Os valores das participações na adquirida antes da data de aquisição que foram anteriormente reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" são reclassificados no resultado, na medida em que tal tratamento seja adequado caso essa participação seja alienada.

Aquisições onde o controle é obtido inicialmente

As aquisições de controladas e de negócios são contabilizadas pelo método de compra. O custo da aquisição é mensurado pelo total dos valores justos (na data de aquisição) dos ativos entregues e passivos incorridos ou assumidos e instrumentos de patrimônio emitidos pelo Grupo em troca do controle da adquirida. Os ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis são reconhecidos pelos seus valores justos na data da aquisição. A participação dos acionistas não-controladores na adquirida é inicialmente medido na proporção dos acionistas não-controladores do valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes reconhecidos.

De acordo com a versão anterior da norma, o preço contingente era reconhecido na data de aquisição apenas se o pagamento era provável e podia ser mensurado com confiabilidade; quaisquer ajustes posteriores no preço contingente eram reconhecidos contra o ágio. Nos termos da norma revisada, o preço contingente é medido pelo valor justo na data da aquisição; ajustes

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

posteriores são reconhecidos contra o ágio apenas na medida em que eles surgem de uma melhor informação sobre o valor justo na data da aquisição, e que ocorrem dentro do "período de alocação" (um máximo de 12 meses a contar da data de aquisição). Todos os outros ajustes subsequentes são reconhecidos no resultado.

Aumentos/reduções na participação de não-controladores

Em anos anteriores, na ausência de requerimentos específicos em IFRS, aumentos de participações em subsidiárias eram tratados da mesma forma que aquisições, com o ágio sendo reconhecido conforme apropriado.

O impacto da redução de participação em subsidiárias que não envolve perda de controle (sendo a diferença entre o preço recebido e o montante da parcela dos ativos líquidos baixados/alienados) era reconhecido no resultado. De acordo com a norma revisada, todos os aumentos ou reduções nessas participações são registrados no patrimônio líquido, sem impacto no ágio ou no resultado.

Aquisições subsequentes, após a Companhia obter o controle, são tratadas como aquisições de ações de acionistas não controladores: Os ativos e passivos identificáveis da entidade adquirida não estão sujeitos a reavaliações posteriores, e a diferença negativa ou positiva entre o custo dessa aquisição subsequente e o valor líquido da parcela adicional proporcional da Companhia é registrada no patrimônio líquido.

Perda de controle de uma subsidiária

Quando o controle de uma subsidiária é perdido como resultado de uma transação, evento ou outra circunstância, a revisão da norma requer que a Companhia reverta todos ativos, passivos e participações de não controladores pelos seus saldos registrados. Qualquer participação remanescente na subsidiária é reconhecida pelo valor justo na data em que o controle é perdido. Esse valor justo é refletido no cálculo do ganho ou perda na alienação e é atribuído a controladora e se torna o montante inicial reconhecido para contabilizações subsequentes para a participação remanescente.

A Companhia não acredita que existam indicativos de uma alteração material nas estimativas e premissas usadas para completar a alocação do preço de compra e estimar o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos. Entretanto, se os atuais resultados não forem consistentes com as estimativas e premissas usadas, a Companhia pode estar exposta a perdas que podem ser materiais.

e) Teste de recuperabilidade de ativos com vida útil definida e indefinida

Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis. Na data de cada demonstração financeira, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pela Companhia.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior entre: (a) seu valor justo menos custos estimados de venda e (b) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil.

Não importando se existe ou não algum indicativo de que o valor de um ativo possa não ser recuperado, os saldos do ágio oriundos de combinações de negócios e ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados para fins de mensuração da recuperabilidade pelo menos uma vez ao ano, em dezembro.

Quando o valor residual de um ativo exceder seu montante recuperável, a Companhia reconhece uma redução no saldo de livros destes ativos.

Para os ativos registrados ao custo, a redução no montante recuperável pode ser registrada no resultado do ano. Se o montante recuperável do ativo não puder ser determinado

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

individualmente, o montante recuperável dos segmentos de negócio para o qual o ativo pertence é analisado.

Exceto para uma perda de recuperabilidade do ágio, uma reversão de perda por recuperabilidade de ativos é permitida. A reversão nestas circunstâncias é limitada ao montante do saldo depreciado do ativo, determinado ao se considerar que a perda por recuperabilidade não tivesse sido registrada.

A Companhia avalia a recuperabilidade do ágio de um investimento anualmente e usa práticas aceitáveis de mercado, incluindo fluxos de caixa descontados para unidades com ágio alocado e comparando o valor contábil com o valor recuperável dos ativos.

A recuperabilidade do ágio é avaliada com base na análise e identificação de fatos e circunstâncias que podem resultar na necessidade de se antecipar o teste realizado anualmente. Se algum fato ou circunstância indicar que a recuperabilidade do ágio está afetada, então o teste é antecipado.

Durante o quarto trimestre de 2017, a Companhia verificou um aumento na taxa de desconto em uma intensidade maior do que aquela contemplada nos monitoramentos trimestrais realizados ao longo do exercício de 2017 no segmento América do Norte, onde o aumento na taxa de desconto antes do imposto de renda foi de 0,5% em relação a 2016. Com base neste evento, as análises efetuadas identificaram uma perda pela não recuperabilidade do ágio no montante de R\$ 849.438 para o segmento América do Norte. No quarto trimestre de 2017, em virtude da falta de expectativa de utilização futura de alguns ativos em algumas plantas industriais, os testes realizados em outros ativos de vida longa identificaram perdas pela não recuperabilidade no imobilizado no montante de R\$ 265.369, sendo R\$ 45.279 no segmento Brasil e R\$ 220.090 no segmento América do Norte, decorrentes de valor recuperável abaixo do valor contábil. Estas perdas foram determinadas com base na diferença entre o valor contábil e o valor recuperável destes ativos que representa o seu valor em uso (maior entre o valor justo líquido de despesa de alienação ou seu valor em uso).

Durante o quarto trimestre de 2016, a Companhia verificou uma deterioração das condições econômicas de alguns mercados consumidores de aço numa intensidade maior do que aquela contemplada nos monitoramentos trimestrais realizados ao longo do exercício, principalmente no segmento América do Norte onde a margem EBITDA passou de 7,5% no terceiro trimestre de 2016 para 3,8% no quarto trimestre de 2016. Estas circunstâncias resultaram num aumento da taxa de desconto utilizadas nas projeções dos fluxos de caixa de seus segmentos de negócio. A Companhia realizou o teste de recuperabilidade de ágio e outros ativos de vida longa, no qual foram identificadas perdas pela não recuperabilidade de ativos no montante de R\$ 2.917.911, sendo R\$ 239.329 como resultado do teste de recuperabilidade de outros ativos de vida longa e R\$ 2.678.582 como resultado do teste de recuperabilidade do ágio. No quarto trimestre de 2016, a Companhia avaliou a recuperabilidade do ágio dos seus segmentos. Com base nos eventos mencionados anteriormente, notadamente a deterioração das condições econômicas refletidas na queda da margem EBITDA, as análises efetuadas identificaram uma perda pela não recuperabilidade do ágio no montante de R\$ 2.678.582 para o segmento América do Norte. Os demais segmentos não apresentaram perda pela não recuperabilidade de ágio no teste efetuado em 2016. No quarto trimestre de 2016, em virtude da paralisação de certas atividades devido a mudanças relevantes na economia da região onde estão situadas estas unidades e da falta de expectativa de utilização futura de alguns ativos destas plantas industriais, os testes realizados em outros ativos de vida longa identificaram perdas pela não recuperabilidade no imobilizado no montante de R\$ 239.329, sendo R\$ 138.765 no segmento América do Sul e R\$ 100.564 no segmento América do Norte, decorrentes de valor recuperável abaixo do valor contábil. Estas perdas foram determinadas com base na diferença entre o valor contábil e o valor recuperável destes ativos no montante de R\$ 138.543 que representa o seu valor em uso (maior entre o valor justo líquido de despesa de alienação ou seu valor em uso).

Em 2015 os testes realizados em outros ativos de vida longa identificaram perdas pela não recuperabilidade no montante de R\$ 2.467.757 conforme demonstrado a seguir: a) no imobilizado pela falta de expectativa de utilização futura de alguns ativos de certas plantas

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

industriais no montante de R\$ 2.105.971, sendo R\$ 834.665 no segmento Brasil e R\$ 1.271.306 no segmento de Aços Especiais decorrente de valor recuperável abaixo do valor contábil. Estas perdas foram determinadas com base na diferença entre o valor contábil e o valor recuperável destes ativos no montante de R\$ 1.930.813 que representa o seu valor em uso (maior entre o valor justo líquido de despesa de alienação ou seu valor em uso); b) no investimento avaliado por equivalência patrimonial da empresa associada Corporación Centroamericana del Acero S.A., pertencente ao segmento América do Norte, decorrente de valor recuperável abaixo do valor contábil no montante de R\$ 361.786. Estas perdas foram determinadas com base na diferença entre o valor contábil e o valor recuperável destes ativos no montante de R\$ 215.808 que representa o seu valor em uso (maior entre o valor justo líquido de despesa de alienação ou seu valor em uso). Em 2015 as análises efetuadas identificaram uma perda pela não recuperabilidade do ágio no montante de R\$ 2.528.483, sendo R\$ 1.520.453 para o segmento América do Norte, R\$ 653.562 para o segmento de Aços Especiais e R\$ 354.468 para o segmento América do Sul e que representava a totalidade do ágio deste segmento. O segmento Brasil não apresentou perda pela não recuperabilidade de ágio.

A Companhia possui quatro segmentos de negócio, os quais representam o menor nível no qual o ágio é monitorado pela Companhia. A Companhia realiza testes de recuperabilidade de ágios para todos os seus segmentos operacionais, que representam o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado pela Administração com base em projeções de fluxos de caixa descontados e que levam em consideração as seguintes premissas: custo de capital, taxa de crescimento e ajustes usados aos fluxos em perpetuidade, metodologia para determinação de capital, planos de investimento e projeções econômico financeiras de longo prazo .

O período de projeção dos fluxos de caixa para o teste de recuperabilidade do ágio foi de cinco anos. As premissas utilizadas para determinar o valor em uso pelo método do fluxo de caixa descontado elaborado em dólares incluem: projeções de fluxo de caixa com base nas estimativas da administração para fluxos de caixa futuros, taxas de câmbio, taxas de desconto e taxas de crescimento para determinação da perpetuidade. As projeções de fluxo de caixa já refletem um cenário competitivo mais desafiador do que o projetado em anos anteriores, resultante de uma deterioração nos mercados consumidores de aço e excesso de capacidade no setor, bem como desafios macroeconômicos em algumas das geografias que a Companhia tem operações. A perpetuidade foi calculada considerando a estabilização das margens operacionais, níveis de capital de giro e investimentos. As taxas de crescimento da perpetuidade utilizadas para o teste do quarto trimestre de 2017 são apresentadas a seguir: a) América do Norte 3% (3% e 3% em dezembro de 2016 e 2015, respectivamente); b) Aços Especiais: 3% (3% e 3% em dezembro de 2016 e 2015, respectivamente); c) América do Sul: 3% (3% e 2,2% em dezembro de 2016 e 2015, respectivamente); e d) Brasil: 3% (3% e 3% em dezembro de 2016 e 2015, respectivamente).

As taxas de desconto antes do imposto de renda utilizadas foram elaboradas levando-se em consideração informações de mercado disponíveis na data dos testes. A Companhia adotou taxas distintas para cada um dos segmentos de negócio testados de forma a refletir as diferenças entre os mercados de atuação de cada segmento, bem como os riscos a eles associados. As taxas de desconto antes do imposto de renda utilizadas foram: a) América do Norte 13,6% (13,1 e 12,3% em dezembro de 2016 e 2015, respectivamente); b) Aços Especiais: 13,1% (14,0 e 12,8% em dezembro de 2016 e 2015, respectivamente); c) América do Sul: 14,7% (14,6% e 13,7% em dezembro de 2016 e 2015, respectivamente); e d) Brasil: 15,2% (14,9% e 15,5% em dezembro de 2016 e 2015, respectivamente).

Os fluxos de caixa descontados são comparados com o valor contábil de cada segmento e resultam no valor recuperável conforme demonstrado a seguir: a) América do Norte: abaixo do valor contábil em R\$ 849 milhões (abaixo do valor contábil em R\$ 2.679 milhões em 2016 e abaixo do valor contábil em R\$ 1.169 milhões em 2015); b) América do Sul: excedeu o valor contábil em R\$ 437 milhões (excedeu o valor contábil em R\$ 724 milhões em 2016 e abaixo do valor contábil em R\$ 354 milhões em 2015); c) Aços Especiais: excedeu o valor contábil em R\$ 3.989 milhões (excedeu o valor contábil em R\$ 1.601 milhões em 2016 e abaixo do valor contábil em R\$ 1.125 milhões em 2015); e d) Brasil: excedeu o valor contábil em R\$ 1.747 milhões

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

(excedeu o valor contábil em R\$ 1.225 milhões em 2016 e excedeu o valor contábil em R\$ 43 milhões em 2015).

A Companhia efetuou uma análise de sensibilidade das variáveis taxa de desconto e taxa de crescimento da perpetuidade, dado seus impactos potenciais nos fluxos de caixas.

Um acréscimo de 0,5 ponto percentual na taxa de desconto do fluxo de caixa de cada segmento resultaria em valor recuperável abaixo do valor contábil e/ou que excedeu o valor contábil conforme demonstrado a seguir: a) América do Norte: abaixo do valor contábil em R\$ 506 milhões (abaixo do valor contábil em R\$ 872 milhões em 2016 e abaixo do valor contábil em R\$ 1.452 milhões em 2015), b) Aços Especiais: excedeu o valor contábil em R\$ 3.422 milhões (excedeu o valor contábil em R\$ 1.170 milhões em 2016 e abaixo do valor contábil em R\$ 582 milhões em 2015), c) América do Sul: excedeu o valor contábil em R\$ 265 milhões (excedeu o valor contábil em R\$ 486 milhões em 2016 e abaixo do valor contábil em R\$ 354 milhões em 2015); e d) Brasil: excedeu o valor contábil em R\$ 999 milhões (excedeu o valor contábil em R\$ 425 milhões em 2016 e abaixo do valor contábil em R\$ 765 milhões em 2015).

Por sua vez, um decréscimo de 0,5 ponto percentual da taxa de crescimento da perpetuidade do fluxo de caixa de cada segmento de negócio resultaria em valor recuperável abaixo do valor contábil e/ou que excedeu o valor contábil conforme demonstrado a seguir: a) América do Norte: abaixo do valor contábil em R\$ 310 milhões (abaixo do valor contábil em R\$ 661 milhões em 2016 e abaixo do valor contábil em R\$ 1.076 milhões em 2015); b) Aços Especiais: excedeu o valor contábil em R\$ 3.596 milhões (excedeu o valor contábil em R\$ 1.301 milhões em 2016 e abaixo do valor contábil em R\$ 428 milhões em 2015); c) América do Sul: excedeu o valor contábil em R\$ 318 milhões (excedeu o valor contábil em R\$ 561 milhões em 2016 e abaixo do valor contábil em R\$ 253 milhões em 2015); e d) Brasil: excedeu o valor contábil em R\$ 1.254 milhões (excedeu o valor contábil em R\$ 673 milhões em 2016 e abaixo do valor contábil em R\$ 514 milhões em 2015).

A Companhia manterá ao longo do próximo exercício seu constante monitoramento do mercado siderúrgico em busca de identificar uma eventual deterioração, queda significativa na demanda dos setores consumidores de aço (notadamente automotivos e de construção), paralisação de atividades de plantas industriais ou mudanças relevantes na economia ou mercado financeiro que acarretem em aumento da percepção de risco ou redução da liquidez e capacidade de refinanciamento. Ainda que as projeções adotadas pela Companhia contemplem um cenário mais desafiador do que aquele verificado nos últimos anos, os eventos mencionados anteriormente, se manifestados em uma intensidade maior do que aquela antecipada nos cenários contemplados pela Administração, podem levar a Companhia a rever suas projeções de Valor em Uso e, eventualmente, acarretar em perdas por não recuperabilidade.

O ágio que forma parte de um investimento numa associada ou numa entidade com controle compartilhado não é reconhecido separadamente e não é testado quanto a perdas pela não recuperabilidade separadamente. Em vez disso, a quantia total registrada do investimento numa associada ou numa entidade com controle compartilhado é testada quanto a perdas pela não recuperabilidade como um único ativo, comparando a sua quantia recuperável (o mais elevado do valor de uso e o valor justo menos os custos de vendas) com o montante total registrado. Uma perda pela não recuperabilidade registrada nessas circunstâncias não é atribuída a nenhum ativo, incluindo o ágio que faz parte do valor contábil do investimento na associada ou entidade conjuntamente controlada. Assim, qualquer reversão dessa perda por impairment é reconhecida na medida em que a quantia recuperável do investimento aumente subsequentemente.

O ágio originado a partir de combinações de negócios tem a sua recuperabilidade avaliada anualmente, sendo antecipada se os eventos ou circunstâncias indicarem a necessidade de antecipação do teste, e utiliza práticas de mercado geralmente aceitas, incluindo fluxo de caixa descontado e compara o valor de livros com o valor recuperável dos ativos. A reversão das perdas pela não recuperabilidade anteriormente contabilizadas no ágio originado da combinação de negócios não é permitido.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

O processo de revisão da recuperabilidade é subjetivo e requer julgamentos significativos através da realização de análises. A determinação do valor justo dos segmentos de negócio da Companhia, baseada em fluxos de caixa projetados, pode ser negativamente impactada se a recuperação mundial da economia acontecer em uma velocidade inferior a prevista por ocasião da preparação das Demonstrações Financeiras para dezembro de 2016.

Estas e outras informações relacionadas à recuperabilidade do ágio e outros ativos de vida longa são apresentadas na nota 28 das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6. OS DIRETORES DEVEM DESCREVER OS ITENS RELEVANTES NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EMISSOR, INDICANDO:****A. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:**

- i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos*
- ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos*
- iii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços*
- iv. Contratos de construção não terminada*
- v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos*

A Gerdau S.A. e suas controladas ("A Companhia") não possuem operações relevantes, tais como contratos, obrigações ou outros tipos de compromissos além das operações já refletidas nas suas Demonstrações Financeiras conforme a seguir:

A Companhia é avalista da empresa com controle conjunto Gerdau Corsa SAPI de C.V. em financiamentos de linha de crédito, no valor de até US\$ 585 milhões (montante tomado de R\$ 1.798 milhões em 31/12/2017).

A Companhia é avalista da empresa com controle conjunto Diaco S.A. em financiamentos de linha de crédito, no valor de até US\$ 40 milhões (montante tomado de R\$ 128 milhões em 31/12/2017).

A Companhia é avalista da empresa com controle conjunto Gerdau Summit Aços Fundidos e Forjados S.A. em financiamentos de linha de crédito, no valor de até US\$ 130 milhões (montante tomado de R\$ 7 milhões em 31/12/2017).

B. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras:

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas nossas Demonstrações Financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**10.7. EM RELAÇÃO A CADA UM DOS ITENS NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDICADOS NO ITEM 10.6, OS DIRETORES DEVEM COMENTAR:**

- A. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor:**

Os diretores da Companhia não esperam efeitos relevantes decorrentes da operação descrita no item “10.6” deste Formulário de Referência que possam vir a alterar as receitas, despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das informações contábeis da Gerdau S.A..

- B. Natureza e o propósito da operação:**

Avais para empréstimos tomados por empresa com controle compartilhado. Tais itens não atendem aos critérios de reconhecimento de passivos, por serem obrigações originadas de contratos de financiamento de empresa com controle compartilhado.

- C. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação:**

Vide item 10.6.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8. OS DIRETORES DEVEM INDICAR E COMENTAR OS PRINCIPAIS ELEMENTOS DO PLANO DE NEGÓCIOS DO EMISSOR, EXPLORANDO ESPECIFICAMENTE OS SEGUINTE TÓPICOS:

A. Investimentos, incluindo:

i. *Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos:*

Os desembolsos em ativos imobilizados planejados para 2018 estão estimados em R\$ 1,2 bilhão, com foco em melhoria de produtividade e manutenção.

ii. *Fontes de financiamento dos investimentos:*

Por política de captação, a Gerdau procura financiar seus investimentos utilizando normalmente recursos de bancos locais de fomento de cada país onde opera e de bancos internacionais com o apoio de agências governamentais de crédito de exportação para fornecimento de equipamentos de outros países.

iii. *Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos:*

A administração da Companhia, com frequência, avalia oportunidades de otimização de seus ativos com a visão estratégica de gerar maior retorno aos seus negócios e objetivando adequar suas capacidades de produção aos novos patamares de demanda nos mercados onde atua. Esse processo inclui, por vezes, a assessoria de bancos de investimentos e empresas especializadas na identificação e avaliação de tais oportunidades. Contudo, até o momento, não há previsão de desinvestimentos.

B. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor:

No exercício de 2017, os investimentos no ativo imobilizado somaram R\$ 873,3 milhões. Desse total, 40,0% foram alocados para unidades da Operação de Negócio Brasil, com os demais 60,0% alocados para outras operações de negócio entre os países em que a Gerdau atua.

Operação de Negócio Brasil – um total de R\$ 346,9 milhões foi investido nesta operação para melhoria de produtividade e manutenção das unidades.

Operação de Negócio América do Norte – esta operação de negócios desembolsou R\$ 291,8 milhões em investimentos para ativo imobilizado igualmente distribuído por todas as unidades que compõem esta operação de negócios. Este valor foi utilizado, principalmente, para a manutenção das unidades de produção.

Operação de Negócio América do Sul – em 2017, as unidades da América do Sul desembolsaram R\$ 123,6 milhões para investimentos em ativo imobilizado distribuído entre os países os quais as unidades desta operação de negócio estão localizados. Parte deste investimento foi utilizado para construir uma nova aciaria na Argentina, com capacidade de 650 mil toneladas de aço por ano, que entrou em operação 2017.

Operação de Negócio Aços Especiais – as unidades de aços especiais desembolsaram R\$ 108,5 milhões em investimentos para ativo imobilizado igualmente distribuído por todas as unidades que compõem esta operação de negócios. Este valor foi utilizado, principalmente, para a manutenção das unidades de produção.

C. Novos produtos e serviços, indicando:

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

A Companhia não contempla no seu plano de investimento, valores destinados a produtos ou serviços que não estejam no seu portfólio de vendas.

- i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas*
- ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços*
- iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados*
- iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços*

Os itens *i, ii, iii e iv* não se aplicam conforme indicado acima.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**10.9. COMENTAR SOBRE OUTROS FATORES QUE INFLUENCIARAM DE MANEIRA RELEVANTE O DESEMPENHO OPERACIONAL E QUE NÃO TENHAM SIDO IDENTIFICADOS OU COMENTADOS NOS DEMAIS ITENS DESTA SEÇÃO:**

A Gerdau apresenta suas demonstrações financeiras em conformidade com o padrão contábil internacional estabelecido pelo International Financial Reporting Standards – IFRS. Esse padrão determina que sejam realizados testes de recuperabilidade de ágio e de outros ativos de vida longa da Companhia. Para a determinação do valor recuperável de cada segmento de negócio, a Companhia utiliza o método de fluxo de caixa descontado, utilizando como base projeções econômico-financeiras de cada segmento. As projeções são atualizadas levando em consideração as mudanças observadas no panorama econômico dos mercados de atuação da Companhia, bem como premissas de expectativa de resultado de cada segmento.

Os testes de recuperabilidade de ágio e de outros ativos de vida longa da Companhia realizados ao longo de 2017 e de 2016 identificaram perdas classificadas da seguinte forma:

Perdas pela não recuperabilidade de ativos por operação de negócio (R\$ milhões)	Exercício 2017			Exercício 2016		
	ON Brasil	ON América do Norte	Consolidado	ON América do Norte	ON América do Sul	Consolidado
Ágio	-	850	850	2.679	-	2.679
Imobilizado	45	220	265	100	139	239
Total	45	1.070	1.115	2.779	139	2.918

Os testes de recuperabilidade de ágio e de outros ativos de vida longa da Companhia (impairment), realizados ao longo de 2017, identificaram perdas de R\$ 1,1 bilhão, registradas como itens não recorrentes no resultado, porém sem representar efeito caixa para a Companhia. No exercício de 2017, a Companhia e suas controladas reverteram a provisão para contingência referente à exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS, constituída desde 2009 até 2016. Essa reversão foi baseada na conclusão do julgamento pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), que decidiu pela inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na referida base de cálculo, e está amparada pelo posicionamento dos assessores jurídicos da Companhia, de que a probabilidade de perda nas ações em curso passou a ser remota a partir da decisão do STF. Como resultado líquido desta reversão e do reconhecimento de outras provisões contábeis para o período de três meses findo em 31/03/2017, a Companhia registrou os montantes de R\$ 930 milhões na linha de “Reversão de passivos contingentes, líquidos” (resultado operacional) e R\$ 370 milhões na linha de “Reversão de atualização de passivos contingentes”, líquido” (resultado financeiro) na sua demonstração dos resultados consolidados. O imposto de renda e contribuição social sobre essa reversão e outras provisões totalizou R\$ 442 milhões, sendo que o efeito líquido desses valores, que totalizou R\$ 858 milhões, foi considerado como item não recorrente no resultado consolidado da Companhia. A Gerdau enfatiza, contudo, que, existe a possibilidade de o STF entender que é necessário aplicar o mecanismo da modulação a essa decisão, a qual é utilizada para determinar os efeitos temporais de uma decisão de inconstitucionalidade. Caso o STF aplique o mecanismo da modulação, limitando os efeitos da decisão no tempo, poderá ser necessária uma reavaliação do risco de perda associado às referidas ações, com a consequente necessidade de constituição de novas provisões sobre esse tema no futuro.